

Vigor Alimentos S.A.

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo
em 31 de Dezembro de 2019 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Cotistas e Administradores da
Vigor Alimentos S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Vigor Alimentos S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Vigor Alimentos S.A. em 31 de dezembro de 2019. O desempenho individual de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais para o exercício findo nessa data estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC). O desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC) e consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2020



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



José Ricardo Faria Gomez
Contador
CRC nº 1 SP 218398/O-1

VIGOR

Vigor Alimentos S.A.
Demonstrações Financeiras Anuais
31 de Dezembro de 2019

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019, e 31 de dezembro de 2018.
(Em milhares de reais)

	NE	Controladora		Consolidado	
		31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	191.120	245.615	192.245	247.811
Contas a receber de clientes	6	346.614	351.993	368.525	376.773
Instrumentos financeiros derivativos	29	-	42.554	1.426	42.648
Estoques	7	18.491	33.604	260.995	204.697
Impostos a recuperar	8	93.345	47.350	163.435	101.380
Despesas antecipadas	9	2.028	42.461	3.710	42.477
Partes relacionadas	11	9.691	5.497	-	338
Outros ativos circulantes		13.978	12.000	45.572	37.701
TOTAL DO CIRCULANTE		675.267	781.074	1.035.908	1.053.825
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Depósitos, cauções e outros	21	715.663	7.311	717.734	9.031
Instrumentos financeiros derivativos	29	234	-	234	-
Impostos a recuperar	8	123.529	139.324	295.643	322.893
Impostos sobre o lucro diferidos	22	-	-	27.623	27.561
Outros ativos não circulantes		56.571	59.955	59.787	66.605
TOTAL DO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		895.997	206.590	1.101.021	426.090
Investimento em controlada	12	515.328	366.155	-	-
Imobilizado	13	543.965	524.130	702.111	606.920
Direitos de uso sobre ativos	14	19.396	-	86.910	-
Intangível	15	3.693.032	885.227	3.965.936	1.143.294
		4.771.721	1.775.512	4.754.957	1.750.214
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		5.667.718	1.982.102	5.855.978	2.176.304
TOTAL DO ATIVO		6.342.985	2.763.176	6.891.886	3.230.129

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019, e 31 de dezembro de 2018.
(Em milhares de reais)

	NE	Controladora		Consolidado	
		31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	17	2.265	351.294	20.202	373.697
Debêntures	18	2.383	-	2.383	-
Arrendamentos a pagar	19	4.817	-	27.633	-
Fornecedores	16a	113.757	173.223	319.023	281.542
Fornecedores risco sacado	16b	18.530	16.774	179.081	117.406
Instrumentos financeiros derivativos	29	1.930	-	2.137	119
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	20	69.317	61.037	97.409	87.287
Dividendos declarados		1	1	1	1
Partes relacionadas	11	625	19	128	37
Outros passivos circulantes		31.582	20.429	32.409	22.834
TOTAL DO CIRCULANTE		245.207	622.777	680.406	882.923
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	17	203.616	7.487	263.616	207.340
Debêntures	18	189.090	-	189.090	-
Arrendamentos a pagar	19	15.351	-	62.820	-
Partes relacionadas	11	-	60.391	-	60.391
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	20	109.244	140.422	109.731	145.215
Impostos sobre o lucro diferidos	22	130.829	112.204	133.918	112.204
Provisão para riscos processuais	21	728.208	36.808	730.865	38.969
Outros passivos não circulantes		23.858	7.545	23.858	7.545
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		1.400.196	364.857	1.513.898	571.664
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	23	3.957.934	1.507.934	3.957.934	1.507.934
Reserva de capital	23	296.645	-	296.645	-
Reserva de lucros	23	443.003	267.608	443.003	267.608
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.697.582	1.775.542	4.697.582	1.775.542
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		6.342.985	2.763.176	6.891.886	3.230.129

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro 2019 e 2018.
(Em milhares de reais)

	NE	Controladora		Consolidado	
		31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	24	2.343.829	2.319.428	2.446.746	2.421.792
Custo dos produtos vendidos	27	(1.946.288)	(1.803.730)	(1.796.811)	(1.702.018)
LUCRO BRUTO		397.541	515.698	649.935	719.774
DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS					
Administrativas e gerais	27	(128.076)	(96.139)	(151.580)	(138.702)
Com vendas	27	(419.241)	(417.480)	(507.019)	(465.647)
Resultado de equivalência patrimonial	12	136.015	92.709	-	-
Outras (despesas) receitas	27	70.230	9.250	80.294	6.088
		(341.072)	(411.660)	(578.305)	(598.261)
RESULTADO OPERACIONAL		56.469	104.038	71.630	121.513
Resultado financeiro líquido	26	(20.002)	(28.837)	(38.915)	(46.528)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		36.467	75.201	32.715	74.985
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	43.685	19.722	47.437	19.938
RESULTADO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS		80.152	94.923	80.152	94.923
Resultado das operações descontinuadas	10	95.243	36.121	95.243	36.121
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		175.395	131.044	175.395	131.044
Participação dos acionistas controladores		175.395	131.044	175.395	131.044
Participação dos acionistas não controladores		-	-	-	-
		175.395	131.044	175.395	131.044
Resultado por ação das operações continuadas	25	0,30	0,55		
Resultado por ação das operações descontinuadas	25	0,36	0,21		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vigor Alimentos S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro 2019 e 2018.
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	175.395	131.044	175.395	131.044
Total do resultado abrangente	175.395	131.044	175.395	131.044
Total do resultado abrangente atribuível a:				
Acionistas da Companhia	175.395	131.044	175.395	131.044
	175.395	131.044	175.395	131.044

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vigor Alimentos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018.

(Em milhares de reais)

	Reserva de capital			Reserva de lucro				Total	
	Capital social	Adto para futuro aumento de capital	Reserva incorporação	Legal	Incentivos fiscais	Lucros a realizar	Para expansão		Lucros acumulados
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	1.347.636	159.906	-	15.767	-	85.105	121.069	-	1.729.483
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	131.044	131.044
Ajustes de implementação IFRS 15/CPC 47	-	-	-	-	-	-	(13.587)	-	(13.587)
Integralização do adto para futuro aumento de capital	159.906	(159.906)	-	-	-	-	-	-	-
Integralização de capital	392	-	-	-	-	-	-	-	392
Constituição de reserva legal	-	-	-	6.552	-	-	-	(6.552)	-
Constituição reserva para incentivos fiscais	-	-	-	-	46.312	-	-	(46.312)	-
Constituição reserva para incentivos fiscais reflexa de subsidiárias	-	-	-	-	93.340	-	-	(93.340)	-
Reversão de reserva de lucro para expansão	-	-	-	-	-	-	(15.160)	15.160	-
Dividendos intermediários distribuídos	-	-	-	-	-	-	(71.790)	-	(71.790)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	1.507.934	-	-	22.319	139.652	85.105	20.532	-	1.775.542
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	175.395	175.395
Incorporação reversa Lala Brasil	-	-	2.746.645	-	-	-	-	-	2.746.645
Aumento de capital	2.450.000	-	(2.450.000)	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	8.770	-	-	-	(8.770)	-
Constituição reserva para incentivos fiscais	-	-	-	-	33.464	-	-	(33.464)	-
Constituição reserva para incentivos fiscais reflexa de subsidiárias	-	-	-	-	139.420	-	-	(139.420)	-
Reversão de reserva de lucro para expansão	-	-	-	-	-	-	(6.259)	6.259	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	3.957.934	-	296.645	31.089	312.536	85.105	14.273	-	4.697.582

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018.
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes dos impostos	180.775	129.930	177.023	129.714
Resultado antes dos impostos das operações descontinuadas	(144.308)	(54.729)	(144.308)	(54.729)
Resultado antes dos impostos das operações continuadas	36.467	75.201	32.715	74.985
Depreciação e amortização	48.639	37.819	77.385	43.497
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa	(7.985)	3.576	(7.985)	3.576
Resultado de equivalência patrimonial	(136.015)	(92.709)	-	-
Resultado na venda de ativos	(2.470)	-	(1.427)	-
Resultado na baixa de ativos	-	406	-	461
Resultado financeiro líquido	20.002	28.837	38.915	46.528
Provisões	5.559	(3.741)	7.692	(3.568)
Resultado obtido por incorporação de subsidiárias	(4.077)	-	(4.077)	-
	(39.880)	49.389	143.218	165.479
Varição em:				
Contas a receber	13.688	(1.661)	16.766	(11.592)
Estoques	15.113	(23.952)	(56.298)	(24.011)
Impostos a recuperar	(52.986)	1.843	(52.687)	(81.200)
Outros ativos circulantes e não circulantes	36.784	3.824	32.318	(12.059)
Partes relacionadas ativas	(4.266)	770	264	(492)
Fornecedores	(60.922)	86.048	131.320	82.765
Partes relacionadas passivas	588	18	71	37
Outros passivos circulantes e não circulantes	(20.832)	(51.003)	(25.612)	(51.275)
Imposto de renda e contribuição social pago	(3.166)	(1.885)	(3.166)	(1.885)
Caixa gerado (aplicado) nas atividades operacionais das operações continuadas	(115.879)	63.391	186.194	65.767
Caixa gerado (aplicado) nas atividades operacionais das operações descontinuadas	-	-	-	-
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	(115.879)	63.391	186.194	65.767
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Adições de ativo imobilizado	(9.277)	(4.491)	(86.214)	(39.073)
Alienação de ativo imobilizado	3.585	6.812	4.195	6.812
Adições de ativo intangível	(4.780)	(6.996)	(4.929)	(7.061)
Caixa obtido em incorporação de subsidiárias	36.954	-	36.954	-
Juros recebidos	11.414	-	12.108	-
Contraprestação transferida para aquisição de subsidiárias	(103.016)	-	(103.016)	-
Caixa aplicado nas atividades de investimentos das operações continuadas	(65.120)	(4.675)	(140.902)	(39.322)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos das operações descontinuadas	144.308	43.215	144.308	43.215
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos	79.188	38.540	3.406	3.893
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos captados	200.000	204.811	260.000	403.051
Amortização de empréstimos e financiamentos	(378.978)	(842.269)	(626.422)	(996.330)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(7.678)	(22.197)	(27.730)	(46.687)
Pagamentos de arrendamentos	(8.075)	-	(28.960)	-
Captação de debêntures, liquidas dos custos para emissão	188.677	-	188.677	-
Derivativos recebidos (pagos)	50.236	(4.878)	51.255	(4.878)
Pagamentos de dividendos	-	(71.789)	-	(71.789)
Transações com partes relacionadas	(61.986)	(4.055)	(61.986)	(4.055)
Caixa aplicado nas atividades de financiamentos das operações continuadas	(17.804)	(740.377)	(245.166)	(720.688)
Caixa aplicado nas atividades de financiamentos das operações descontinuadas	-	-	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(17.804)	(740.377)	(245.166)	(720.688)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes				
	-	-	-	-
Varição no período das operações continuadas	(198.803)	(681.661)	(199.874)	(694.243)
Varição no período das operações descontinuadas	144.308	43.215	144.308	43.215
Varição no período	(54.495)	(638.446)	(55.566)	(651.028)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	245.615	884.061	247.811	898.839
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	191.120	245.615	192.245	247.811

Informações suplementares ao fluxo de caixa estão demonstradas da Nota 30.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A Vigor Alimentos S.A. ("Vigor" ou "Companhia") é uma sociedade por ações regida por Estatuto e pelas disposições legais aplicáveis, tendo como objeto social: (a) distribuição e comércio varejista e atacadista, importação, exportação, comissão, consignação e representação do leite e seus derivados; (b) distribuição e comércio varejista e atacadista, importação, exportação, comissão, consignação e representação de produtos alimentícios de qualquer gênero; (c) distribuição, comércio, importação, exportação, comissão, consignação e representação de produtos agropecuários, máquinas, equipamentos, peças e insumos necessários à venda de produtos da Companhia; (d) distribuição, comércio, importação, exportação, comissão, consignação e representação e (e) a participação em sociedades no Brasil ou no exterior, como sócia ou acionista (holdings). A sede da Companhia é localizada na Rua Joaquim Carlos, 396, Brás, São Paulo, Brasil.

Fundada em 1917, a preocupação em atender aos anseios e às necessidades de seus consumidores em todos os níveis e a rigorosa atenção à qualidade de todos os seus produtos, do processamento a exposição no ponto de venda, são virtudes que fizeram da Vigor uma referência no setor alimentício brasileiro e contribuem para sua constante evolução, colocando-a frequentemente à frente de seu tempo.

Em sua estrutura operacional, existe a subsidiária Dan Vigor Indústria e Comércio de Laticínios Ltda. ("Dan Vigor") que é responsável pela fabricação de todos os produtos comercializados pela Companhia. O modelo operacional adotado visa proporcionar que as empresas se dediquem a operações distintas, mas complementares, indústria e distribuição, buscando uma melhor especialização na gestão individual em cada entidade e na definição de estratégias de forma consolidada. As operações comerciais entre ambas seguem preceitos de autonomia e são baseados em preços firmados entre as partes, uma vez que tem bases de tributações independentes.

Em função dos volumes operacionais significativos entre Vigor e Dan Vigor, das sinergias capturadas e objetivos complementares, o contexto econômico de ambas deve ser entendido na leitura das demonstrações financeiras e notas explicativas consolidadas.

A Sociedade é controlada pelo Grupo Lala, que tem sede no México, e tem seu exercício social com encerramento em 31 de dezembro de cada ano.

2 Resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras anuais individuais e consolidadas foram elaboradas utilizando informações da Companhia e de sua controlada na mesma data-base, bem como, políticas e práticas contábeis consistentes. A empresa controlada é consolidada a partir da data em que o controle é obtido. As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), com base nas disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards – IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB".

2.2 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moedas estrangeiras são convertidas para reais. Para fins de apresentação destas demonstrações financeiras os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira na data das demonstrações financeiras são convertidos para reais pela taxa cambial correspondente à data de encerramento do balanço. As variações cambiais positivas e negativas dos itens monetários é a diferença entre custo amortizado em moeda estrangeira convertidos à taxa de câmbio no final do exercício.

2.3 Apuração do resultado

Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades.

Nas demonstrações do resultado a receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre empresas do grupo. É reconhecida no resultado do exercício quando os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para os clientes.

Em conformidade com a IFRS 15 (CPC 47) – Receita de Contrato com Cliente, a Companhia reconhece a receita quando o modelo dos 5 passos apresentado na referida norma são cumpridos. São eles:

- (i) Identificada a existência de um contrato com cliente (por escrito ou verbalmente);
- (ii) Identificada as obrigações de desempenho;
- (iii) Determinado o preço da transação;
- (iv) Alocação do preço da transação para cada obrigação de desempenho; e
- (v) Cumprimento das obrigações de desempenho.

Adicionalmente, a Companhia reconhece os passivos de restituição para a receitas reconhecidas em que são esperadas a restituição de parte da contraprestação recebida do cliente.

2.4 Estimativas contábeis

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas trimestralmente. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

A Administração fez os seguintes julgamentos que tem efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- i. Provisão para perdas de crédito esperadas (“PCE”) – nota explicativa nº 6;
- ii. Análise da vida útil do imobilizado - nota explicativa nº 13;
- iii. Análise de redução ao valor recuperável dos ativos – nota explicativa nº 15;
- iv. Provisão para riscos - nota explicativa nº 21; e
- v. Avaliação dos instrumentos financeiros derivativos pelo valor justo - nota explicativa nº 29.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, com riscos insignificantes de mudança de valor. São contabilizados pelo seu valor de face, acrescido dos rendimentos financeiros auferidos. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo e seus rendimentos são registrados no resultado.

2.6 Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores devidos pelos clientes no curso normal do negócio da Companhia e de sua controlada. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, o montante correspondente é classificado no ativo não circulante. A companhia não possui saldos com prazo de vencimento maior de um ano atualmente.

2.7 Provisão para perdas de crédito esperadas (“PCE”)

Conforme abordado na IFRS 9 (CPC 48) – Instrumentos Financeiros, a Companhia registra uma provisão para perda de crédito esperada em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. O objetivo é reconhecer as perdas de crédito esperadas para os instrumentos financeiros que apresentarem aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. A Companhia avalia os riscos de crédito de acordo com comportamento dos diferentes segmentos de mercado com os quais possui relação comercial. A PCE foi constituída em montante considerado pela Administração suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, os quais podem ser modificados em virtude da recuperação de créditos junto a clientes devedores ou mudança na situação financeira de clientes.

2.8 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Os custos são compostos pelos custos diretos de materiais e, se aplicável, pelos custos diretos de mão-de-obra e pelos custos gerais incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido dos custos estimados para conclusão e custos necessários para a comercialização, venda e distribuição dos estoques.

2.9 Investimento em controlada

Inicialmente o investimento em controlada da Companhia são reconhecidos pelo valor de custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo método de equivalência patrimonial na demonstração de resultados ou em outros resultados abrangentes até a data em que o controle na investida deixa de existir.

2.10 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (“impairment”).

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão demonstradas na nota explicativa nº 13 de imobilizado.

2.11 Intangível

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, sendo estes submetidos aos testes anuais de "impairment" para avaliação e validação da recuperabilidade dos mesmos.

Ágio - reconhecido em uma combinação de negócios e que representa benefícios econômicos futuros gerados por outros ativos adquiridos em uma combinação de negócios, que não são identificados individualmente e reconhecidos separadamente. Tais benefícios econômicos futuros podem advir da sinergia entre os ativos identificáveis adquiridos ou de ativos que, individualmente, não se qualificam para reconhecimento em separado nas Demonstrações Financeiras.

(i) Redução ao valor recuperável

Os itens do intangível com vida útil definida e outros ativos (circulantes e não circulantes), quando aplicável, têm o seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor contábil testada quando houver indicadores potenciais de perda no valor recuperável ou anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor.

Ao fim de cada exercício, é feita revisão do valor contábil dos ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado e é revertida caso haja mudanças nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil como se nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida diretamente no resultado.

2.12 Arrendamento mercantil

a) Direito de uso

De acordo com o IFRS16/ CPC06 (R2) – O ativo de direito de uso é reconhecido quando observado o direito de controle do ativo identificado, cujo benefícios e riscos provenientes a propriedade arrendada é transferida integralmente durante todo o período de uso fixado em contrato. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo valor presente do custo total do contrato de arrendamento, e subsequentemente depreciado de forma linear durante o período contratual. Caso ocorram alterações na expectativa de permanência do contrato este devera ser remensurado com base nas novas premissas estabelecidas.

b) Arrendamento mercantil

De acordo com o IFRS16 / CPC 06 (R2)- Operações de arrendamento mercantil, a classificação de arrendamentos mercantis baseia-se na extensão em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de ativo arrendado permanecem no arrendador ou no arrendatário. Os riscos incluem as possibilidades de perdas devidas à capacidade ociosa ou obsolescência tecnológica e de variações no retorno em função de alterações nas condições econômicas. Os benefícios podem ser representados pela expectativa de operações lucrativas durante a vida econômica do ativo e de ganhos derivados de aumentos de valor ou de realização do valor residual. Ainda de acordo com a norma citada, um arrendamento mercantil deve ser classificado como financeiro se ele transferir substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade. Se ele não transferir substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade deve ser classificado como arrendamento mercantil operacional.

2.13 Outros ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados ao valor de custo ou realização incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

2.14 Fornecedores

Correspondem aos valores devidos aos fornecedores no curso normal do negócio. Se o prazo de pagamento é equivalente a um ano ou menos, os saldos de fornecedores são classificados no passivo circulante. Caso contrário, o montante correspondente é classificado no passivo não circulante. Quando aplicável, são acrescidos encargos, variações monetárias ou cambiais.

2.15 Impostos sobre o lucro

(i) Impostos correntes:

São registrados com base no lucro tributável, de acordo com a legislação e alíquotas vigentes.

(ii) Impostos diferidos:

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (impostos diferidos) são calculados sobre as reservas de reavaliação, compensação de ágio, diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. Os impostos diferidos são determinados usando as alíquotas de imposto vigentes na data do balanço e que devem ser aplicadas quando os respectivos impostos diferidos ativos forem realizados ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos forem liquidados.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro real futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias, despesas tributárias e créditos tributários possam ser usados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

2.16 Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias ou cambiais.

2.17 Ativos e passivos contingentes

Nos termos do IAS 37/CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, passivo contingente é uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. Dessa forma, não é reconhecida nas demonstrações financeiras porque não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação ou o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade.

Ainda nos termos da referida norma, Ativo contingente é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. Estes ativos são avaliados periodicamente para garantir que os desenvolvimentos sejam apropriadamente refletidos nas Demonstrações Financeiras. Se for praticamente certo que ocorrerá uma entrada de benefícios econômicos, o ativo e o correspondente ganho são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras do período em que ocorrer a mudança de estimativa. Se a entrada de benefícios econômicos se tornar provável, a entidade divulga o ativo contingente.

2.18 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previstos contratualmente, incorridos até as datas dos balanços, conforme demonstrado na nota explicativa nº 17.

2.19 Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada. A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade.

Quando necessário, a demonstração financeira da controlada é ajustada para adequar suas políticas contábeis às aquelas estabelecidas pela Controladora. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre a Companhia e sua controlada são eliminados integralmente nas Demonstrações Financeiras consolidadas.

2.20 Dividendos e juros sobre capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante. A parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, quando declarada pela Administração após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, é registrada na rubrica "dividendos adicionais propostos", no patrimônio líquido.

2.21 Resultado por ação

A Companhia apresenta o cálculo do resultado por ação segregado da seguinte forma:

Básico: calculado através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

Diluído: calculado através da divisão do resultado do período atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

2.22 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo quando o Grupo for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

Classificação dos ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- (i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais;
- (ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (a Companhia não designou nenhum instrumento de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes):

- (i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e
- (ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros que não atendem aos critérios de mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Especificamente:

- (i) Os investimentos em instrumentos patrimoniais são classificados ao valor justo por meio do resultado, a menos que o Grupo designe um investimento em instrumentos patrimoniais que não seja mantido para negociação nem seja uma contraprestação contingente decorrente de uma combinação de negócios ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes no reconhecimento inicial; e
- (ii) Os instrumentos da dívida que não atendem aos critérios de mensurados ao custo amortizado ou aos critérios de mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são classificados ao valor justo por meio do resultado. Adicionalmente, os instrumentos da dívida que atendem aos critérios de mensurados ao custo amortizado ou aos critérios de mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes podem ser designados ao valor justo por meio do resultado mediante reconhecimento inicial se essa designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento (designada “descasamento contábil”) que surgiria da mensuração dos ativos e passivos ou do reconhecimento dos ganhos e perdas sobre esses ativos e passivos em bases diferentes.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo no final de cada período de relatório, sendo que quaisquer ganhos ou perdas de valor justo são reconhecidos no resultado na medida em que não façam parte de uma relação de hedge designada.

Custo amortizado e método da taxa de juros efetiva

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas.

A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável (vide abaixo). Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, o Grupo reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em períodos de relatório subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, o Grupo reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ajustada com base no crédito ao custo amortizado do ativo financeiro após o reconhecimento inicial. O cálculo não reverte a base bruta mesmo que o risco de crédito do ativo financeiro melhore subsequentemente de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável.

Baixa de ativos financeiros

A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando os ativos de contrato aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo para outra entidade. Se a Companhia não transfere ou retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e continua a controlar o ativo transferido, a Companhia reconhece sua parcela retida no ativo e um correspondente passivo em relação aos valores que a Companhia pode ter que pagar. Se a Companhia retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade de um ativo transferido, a Companhia continua a reconhecer o ativo financeiro e reconhece ainda um empréstimo garantido em relação aos recursos recebidos.

Na baixa de um ativo financeiro mensurado ao custo amortizado, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contraprestação recebida e a receber é reconhecida no resultado. Adicionalmente, na baixa de um investimento em um instrumento da dívida classificado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, o ganho ou a perda acumulada anteriormente acumulada na reserva de reavaliação de investimentos é reclassificado para o resultado. Por outro lado, na baixa de um investimento em um instrumento patrimonial que a Companhia optou no reconhecimento inicial por mensurar ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, o ganho ou perda acumulado anteriormente acumulado na reserva de reavaliação de investimentos não é reclassificado para o resultado, mas é transferido para lucros acumulados.

Passivos financeiros e patrimônio líquido

Os instrumentos da dívida e patrimoniais são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a substância dos acordos contratuais e as definições de passivo financeiro e instrumento patrimonial.

Instrumentos patrimoniais

Um instrumento patrimonial é qualquer contrato que evidencie uma participação residual no ativo de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos. Instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

A recompra dos próprios instrumentos patrimoniais da Companhia é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado resultante da compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos patrimoniais da Companhia.

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Porém, os passivos financeiros resultantes quando a transferência de um ativo financeiro não se qualifica para baixa ou quando a abordagem de envolvimento contínuo é aplicável, e os contratos de garantia financeira emitidas pela Companhia, são mensurados de acordo com as políticas contábeis específicas descritas a seguir.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- (i) For adquirido, principalmente, para fins de recompra no curto prazo; ou
- (ii) No reconhecimento inicial for parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o Grupo administra em conjunto e tem um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- (iii) For um derivativo, exceto por derivativo que seja um contrato de garantia financeira ou um instrumento de hedge designado e efetivo.

O passivo financeiro, exceto pelo passivo financeiro mantido para negociação ou contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, pode ser designado ao valor justo por meio do resultado mediante reconhecimento inicial se:

- (i) Essa designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que surgiria de outra forma; ou
 - (ii) O passivo financeiro fizer parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros, ou ambos, que seja administrado e cujo desempenho seja avaliado com base no seu valor justo, de acordo com a gestão de risco documentada ou a estratégia de investimento do Grupo, e as informações sobre esse grupo forem fornecidas internamente nessa base; ou
 - (iii) O passivo financeiro fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos, e a IFRS 9 (CPC 48) permitir que o contrato combinado como um todo seja designado ao valor justo por meio do resultado.
-

Notas explicativas as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018.
(Em milhares de reais)

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados ao valor justo, sendo que quaisquer ganhos ou perdas decorrentes das variações no valor justo são reconhecidos no resultado na medida em que não fazem parte de uma relação de hedge designada.

Passivos financeiros subsequentemente mensurados ao custo amortizado

Passivos financeiros que não sejam (i) contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantidos para negociação, ou (iii) designados ao valor justo por meio do resultado, são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva.

O método da taxa de juros efetiva é um método para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados (incluindo todas as honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos de transação e outros prêmios ou deduções), durante a vida estimada do passivo financeiro ou (quando apropriado) durante um período menor, para o custo amortizado do passivo financeiro.

Baixa de passivos financeiros

A Companhia baixa um passivo financeiro se, e apenas se, suas obrigações são retiradas, canceladas ou quando elas vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contraprestação paga e a pagar é reconhecida no resultado.

Quando a Companhia permuta com o credor existente um instrumento da dívida por outro com termos e condições substancialmente diferentes, essa permuta é contabilizada como liquidação do passivo financeiro original e baixa do novo passivo financeiro. Igualmente, a Companhia contabiliza a modificação substancial dos termos e as condições de um passivo existente, ou parte dele, como liquidação do passivo financeiro original e baixa do novo passivo. Os termos e as condições são considerados substancialmente diferentes se o valor presente descontado dos fluxos de caixa de acordo com os novos termos e condições, incluindo eventuais honorários pagos líquidos dos honorários recebidos e descontados usando a taxa original efetiva, for pelo menos 10% diferente do valor presente descontado dos fluxos de caixa remanescente do passivo financeiro original. Se a modificação não for substancial, a diferença entre: (1) o valor contábil do passivo antes da modificação; e (2) o valor presente dos fluxos de caixa após a modificação deve ser reconhecido no resultado como ganho ou perda de modificação.

Instrumentos financeiros derivativos

Derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que os contratos de derivativos são celebrados e são subsequentemente remensurados ao seu valor justo no final de cada período de relatório. O ganho ou a perda resultante é reconhecido no resultado imediatamente a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de hedge, em cujo caso a data de reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de hedge.

O derivativo com valor justo positivo é reconhecido como ativo financeiro enquanto que o derivativo com valor justo negativo é reconhecido como passivo financeiro. Derivativos não são baixados nas demonstrações financeiras a menos que a Companhia tenha o direito legal e a intenção de baixá-los. O derivativo é apresentado como ativo não circulante ou passivo não circulante se o vencimento remanescente do instrumento for maior que 12 meses e não seja esperada sua realização ou liquidação em até 12 meses. Outros derivativos são apresentados como ativo ou passivo circulante.

Contabilização de hedge

A Companhia designa determinados derivativos como instrumentos de hedge em relação ao risco de câmbio e risco em hedges do valor justo.

No início da relação de hedge, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge, juntamente com seus objetivos de gestão de riscos e sua estratégia para assumir diversas transações de hedge. Além disso, no início do hedge e em base contínua, a Companhia documenta se o instrumento de hedge é efetivo na compensação de variações nos valores justos ou fluxos de caixa do item objeto de hedge atribuíveis ao risco objeto de hedge, que é quando as relações de hedge atendem todas às exigências de efetividade de hedge a seguir:

- (i) Há uma relação econômica entre o item objeto de hedge e o instrumento de hedge;
- (ii) O efeito do risco de crédito não prevalece sobre as variações no valor resultantes daquela relação econômica; e
- (iii) O coeficiente de hedge da relação de hedge é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item objeto de hedge que o Grupo cobre efetivamente e a quantidade do instrumento de hedge que a entidade efetivamente usa para cobrir aquela quantidade do item objeto de hedge.

Se a relação de hedge deixa de atender às exigências de efetividade do hedge relacionadas ao coeficiente de hedge mas o objetivo da gestão de riscos daquela relação de hedge designada permanecer o mesmo, a Companhia ajusta o coeficiente de hedge da relação de hedge (ou seja, reequilibra o hedge) de modo que a Companhia atenda aos critérios de qualificação novamente.

A Companhia designa a variação no valor justo de um contrato a termo (ou seja, incluindo os elementos a termo) como instrumento de hedge para todas as relações de hedge envolvendo contratos a termo.

A Companhia designa apenas o valor intrínseco dos contratos de opções como item objeto de hedge, isto é, excluindo o valor no tempo da opção. As variações no valor justo do valor no tempo alinhado da opção são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas no custo da reserva de hedge. Se o item objeto de hedge for relacionado à transação, o valor no tempo é reclassificado para o resultado quando o item objeto de hedge afetar o resultado. Se o item objeto de hedge for relacionado ao período de tempo, o valor acumulado no custo da reserva de hedge é reclassificado para o resultado em base racional – o Grupo aplica a amortização linear. Esses valores reclassificados são reconhecidos no resultado na mesma linha que o item objeto de hedge. Se o item objeto de hedge for um item não financeiro, o valor acumulado no custo da reserva de hedge é deduzido diretamente do patrimônio líquido e incluído no valor contábil inicial do item não financeiro reconhecido. Adicionalmente, se o Grupo espera que parte ou a totalidade da perda acumulada no custo da reserva de hedge não seja recuperada no futuro, esse valor é imediatamente reclassificado para o resultado.

Hedge de valor justo

A variação no valor justo de instrumentos de hedge qualificáveis é reconhecida no resultado.

O valor contábil de um item objeto de hedge não mensurado ao valor justo é ajustado para a variação no valor justo atribuível ao risco objeto de hedge com uma correspondente contrapartida no resultado.

Quando o ganho ou a perda de hedge é reconhecido no resultado, ele é reconhecido na mesma rubrica que o item objeto de hedge.

A Companhia descontinua a contabilização de hedge apenas quando a relação de hedge (ou parte dela) deixa de atender os critérios de qualificação (após reequilíbrio, se aplicável). Isso inclui circunstâncias nas quais o instrumento de hedge vence ou é vendido, rescindido ou exercido. A descontinuação é contabilizada prospectivamente. O ajuste ao valor justo do valor contábil do item objeto de hedge resultante do risco objeto de hedge é amortizado no resultado a partir daquela data.

Ganho ou perda de variação cambial

O valor contábil dos ativos e passivos financeiros e instrumentos denominados em moeda estrangeira é determinado naquela moeda estrangeira e convertido com base na taxa à vista no final de cada período de relatório.

3 Novas normas IFRS adotadas

IFRS 16/CPC 06 (R2) Arrendamento Mercantil

A nova norma, que substituirá o IAS 17 – “Leases” e o IFRIC 4 – “Determining whether an arrangement contains a lease e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamento mercantil para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e fornecedores (arrendadores). Os arrendadores são obrigados a registrar um passivo refletindo os pagamentos futuros do arrendamento e um "direito de uso do ativo" para quase todos os contratos de arrendamentos, com exceção de alguns arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de uma pequena quantidade. Para os locadores, o tratamento contábil permanece praticamente inalterado, com a classificação dos arrendamentos operacional ou arrendamento financeiro.

Muito embora o novo pronunciamento não traga nenhuma alteração no montante total que deverá ser levado ao resultado ao longo da vida útil do contrato, é correto afirmar que haverá um efeito temporal no lucro líquido, com uma distribuição de despesa maior no início e menor no final, se comparado com a contabilização atual das despesas de ocupação, em função principalmente do método de reconhecimento dos juros e atualização monetária associados aos arrendamentos, ainda que, sem impacto relevante, conforme análises realizadas. A seguir apresenta-se o impacto no balanço patrimonial para adoção da referida norma:

	Controladora			Consolidado		
	01.01.2019	Ajustes	Saldo ajustado	01.01.2019	Ajustes	Saldo ajustado
Ativo						
Total do ativo Circulante	781.074	-	781.074	1.053.825	-	1.053.825
Realizavel a longo prazo	206.590	-	206.590	426.090	-	426.090
Imobilizado e intangível	1.409.357	-	1.409.357	1.750.214	-	1.750.214
Direito de uso	-	24.940	24.940	-	77.384	77.384
Investimento em controladas	366.155	-	366.155	-	-	-
Total do ativo não Circulante	1.982.102	24.940	2.007.042	2.176.304	77.384	2.253.688
Total do ativo	2.763.176	24.940	2.788.116	3.230.129	77.384	3.307.513
Passivo						
Arrendamento por direito de uso	-	4.988	4.988	-	15.477	15.477
Outros passivos circulantes	622.777	-	622.777	882.923	-	882.923
Total passivo circulante	622.777	4.988	627.765	882.923	15.477	898.400
Arrendamento por direito de uso	-	19.952	19.952	-	61.907	61.907
Outros passivos não circulantes	364.857	-	364.857	571.664	-	571.664
Total passivo não circulante	364.857	19.952	384.809	571.664	61.907	633.571
Total do patrimonio liquido	1.775.542	-	1.775.542	1.775.542	-	1.775.542
Total do passivo e do patrimonio liquido	2.763.176	24.940	2.788.116	3.230.129	77.384	3.307.513

4 Combinação de negócios

Em 01 de julho de 2019 a Companhia concluiu o processo incorporação reversa da acionista controladora Lala Brasil, que possuía como atividade econômica a administração dos negócios atribuídos ao Grupo Lala, no Brasil. A Companhia foi adquirida pelo grupo em 26 de outubro de 2017.

O objetivo da operação consiste na estratégia de manter a sinergia da administração, redução de gastos administrativos e planejamento tributário.

A entidade Lala Brasil transferiu a totalidade dos ativos para a Companhia e a participação acionária que detinha foi transferida as entidades Lala Centroamerica, S.A. (99,80%) de C.V. e Lala Administración y Control, S.A. de C.V. (0,20%), ambas sediadas no México.

A operação foi realizada de acordo com as orientações legais previstas na Lei 9.249/95 Art. 21. Os saldos incorporados foram levantados na data base 31 de maio de 2019 e a movimentação ocorrida entre 01 e 30 de junho de 2019 foram registradas no resultado do exercício.

Notas explicativas as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018.
(Em milhares de reais)

O CPC 15 – Combinação de negócios (IFRS 3), apesar de não possuir orientações para contabilização da operação de incorporação, também foi alvo de consulta por parte da administração para proceder com os registros contábeis e divulgação.

A seguir estão apresentados os impactos no balanço patrimonial individual e consolidado da Companhia:

Ativo	Controladora			Consolidado		
	30.06.2019	Saldo incorporado	Saldo após incorporação	30.06.2019	Saldo incorporado	Saldo após incorporação
Caixa e equivalentes de caixa	123.610	36.954	160.564	124.624	36.954	161.578
Contas a receber de clientes	354.455	-	354.455	386.693	-	386.693
Impostos a recuperar	181.245	2.089	183.334	447.037	2.089	449.126
Depósitos, cauções e outros	7.002	743.386	750.388	8.801	743.438	752.239
Impostos diferidos	-	-	-	29.836	-	29.836
Investimentos em controladas	382.570	13.158	395.728	-	-	-
Imobilizado	504.470	55.071	559.541	632.878	58.180	691.058
Intangível	884.595	2.807.869	3.692.464	1.142.640	2.823.007	3.965.647
Outros ativos circulantes e não circulantes	227.941	120	228.061	486.969	120	487.089
Total do ativo	2.665.888	3.658.647	6.324.535	3.259.478	3.663.788	6.923.266
Passivo e patrimônio líquido						
Empréstimos e financiamentos	330.763	-	330.763	621.114	-	621.114
Arrendamentos a pagar	22.827	-	22.827	61.495	-	61.495
Fornecedores	97.482	8	97.490	346.059	8	346.067
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	183.879	554	184.433	209.775	554	210.329
Impostos diferidos	112.200	8.283	120.483	113.607	15.062	128.669
Provisão para riscos processuais	42.582	734.267	776.849	45.116	732.629	777.745
Obrigações com não controladores	-	23	23	-	23	23
Compromissos com terceiros para investimentos	-	165.985	165.985	-	165.985	165.985
Outros passivos circulantes e não circulantes	48.854	191	49.045	35.011	191	35.202
Total do passivo	838.587	909.311	1.747.898	1.432.177	914.452	2.346.629
Capital social	1.507.934	2.450.000	3.957.934	1.507.934	2.450.000	3.957.934
Reserva de capital	-	296.645	296.645	-	296.645	296.645
Reserva de lucros	319.367	2.691	322.058	319.367	2.691	322.058
Total do patrimônio líquido	1.827.301	2.749.336	4.576.637	1.827.301	2.749.336	4.576.637
Total do passivo e patrimônio líquido	2.665.888	3.658.647	6.324.535	3.259.478	3.663.788	6.923.266

5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa, bancos e aplicações financeiras são os itens do balanço patrimonial apresentados na demonstração dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa, conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Caixas e depósitos bancários à vista	1.005	834	1.280	2.518
Aplicações financeiras (CDB - DI)	190.115	244.781	190.965	245.293
	191.120	245.615	192.245	247.811

Os Certificados de Depósitos Bancários - CDB, realizados junto a instituições financeiras de primeira linha, são pós-fixados e rendem em média cerca de 96% do valor da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. As aplicações possuem liquidez imediata, e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor.

Notas explicativas as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018.
(Em milhares de reais)

6 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Valores a vencer	327.504	332.156	349.192	350.856
Vencidos:				
De 1 a 60 dias	18.199	17.678	18.613	23.698
De 61 a 90 dias	569	1.074	489	1.080
Acima de 90 dias	15.334	10.106	15.223	10.160
Total de vencidos	34.102	28.858	34.325	34.938
Perdas de crédito esperadas	(14.992)	(9.021)	(14.992)	(9.021)
Contas a receber total	346.614	351.993	368.525	376.773

Movimentação da provisão para perdas de créditos esperadas:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Saldo inicial	(9.021)	(5.486)	(9.021)	(5.486)
Adições	(7.985)	(3.576)	(7.985)	(3.576)
Efeito no resultado das perdas esperadas	(7.985)	(3.576)	(7.985)	(3.576)
Perdas concretizadas	2.014	41	2.014	41
Saldo final	(14.992)	(9.021)	(14.992)	(9.021)

7 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Produtos acabados	18.491	33.604	72.715	64.552
Produtos em processo	-	-	78.965	48.213
Matéria prima e insumos	-	-	84.618	69.065
Almoxarifado	-	-	24.697	22.867
	18.491	33.604	260.995	204.697

8 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
ICMS	31.666	12.599	156.672	104.059
IPÍ	267	173	623	435
PIS e COFINS	155.574	161.012	272.407	306.881
IRPJ e CSLL	29.269	12.803	29.278	12.811
Outros	98	87	98	87
	216.874	186.674	459.078	424.273
Ativo circulante	93.345	47.350	163.435	101.380
Ativo não circulante	123.529	139.324	295.643	322.893
	216.874	186.674	459.078	424.273

ICMS

O saldo de ICMS a recuperar advém da obtenção de créditos por compras de matérias-primas, materiais de embalagem e secundários em volume superior aos débitos gerados.

Notas explicativas as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018.
(Em milhares de reais)

PIS e COFINS

A Lei nº 10.637, de 30.12.2002, e a Lei nº 10.833, de 29.12.2003, respectivamente, instituíram o regime da não-cumulatividade para fins de apuração do PIS e da COFINS, que consiste na apuração de tais contribuições devidas em cada período de apuração com a dedução dos créditos decorrentes das aquisições de insumos, embalagens, equipamentos industriais, e outros permitidos pela legislação em vigor.

Nesse contexto, a Companhia vem apurando créditos acumulados das referidas contribuições em função da tributação pela alíquota zero de algumas linhas de produtos como o leite, iogurtes, queijos e margarinas, conforme as disposições contidas na Lei nº 10.925 de 23.07.2004.

Referidos créditos acumulados estão sendo compensados com demais tributos federais devidos pela companhia e o excedente sujeito a ressarcimento pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

IRPJ e CSLL

Corresponde ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e IRPJ e CSLL a restituir apurado em exercícios anteriores, além das antecipações de IRPJ e CSLL de 2019. A Companhia possui expectativa de utilização destes créditos até 2020.

9 Despesas antecipadas

A seguir está apresentada a composição das despesas pagas antecipadamente pela Companhia:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Marketing	-	36.026	-	36.026
Trade Marketing	-	4.840	-	4.840
Seguros	1.519	1.399	1.519	1.403
Outros	509	196	2.191	208
	2.028	42.461	3.710	42.477

10 Operações descontinuadas

Conforme previsto no Acordo de Acionistas, em virtude da alteração na composição acionária da Vigor Alimentos S/A em 26 de outubro de 2017, a Cooperativa Central dos Produtores Rurais (CCPR) exerceu o seu direito de compra das ações, assim sendo, nesta data a Companhia perdeu o controle na Itambé.

Esta perda de controle foi caracterizada como operação descontinuada, de acordo com o CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, por representar uma importante linha separada de negócios ou área geográfica de operações.

O valor da contraprestação recebida na data de fechamento da operação foi de R\$ 552.543. O custo do investimento é composto pela participação de 50% da Companhia no patrimônio líquido da Itambé, mais valia de ativos, ágio por expectativa de rentabilidade futura e da avaliação a valor justo apurada no momento da perda de controle.

De acordo com o Contrato de Compra e Venda, a Companhia possui um saldo a receber de R\$ 103.869 que está condicionado a utilização dos créditos de PIS e COFINS na Itambé. Com base no CPC 25/IAS 37, o direito a este montante foi classificado como ativo contingente e, portanto, não está reconhecido nestas Demonstrações Financeiras. O quadro a seguir apresenta a movimentação do saldo:

Notas explicativas as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018.
(Em milhares de reais)

	Controladora	
	31.12.2019	31.12.2018
Saldo inicial	50.147	103.869
Recebimentos	(44.308)	(53.722)
Glosas (i)	(4.873)	-
Saldo final	966	50.147

(i) Referem-se a perda de créditos de PIS e COFINS na ex-subsidiária Itambé.

Além das movimentações do ativo contingente a Companhia fez a devolução do montante de R\$ 10.507 referente a ajuste do preço de venda após apuração efetiva da dívida líquida e variação do capital de giro na data base do fechamento da operação. O pagamento foi realizado com correção monetária (CDI) e totalizou R\$ 10.704. Adicionalmente, em 2019 houve o recebimento de R\$ 100.000 referente a complemento de preço.

A seguir a composição dos montantes com operações descontinuadas apresentados na demonstração de resultados:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Operações descontinuadas				
Contraprestação contingente realizada	44.308	53.722	44.308	53.722
Multa, juros e correção monetária	-	1.203	-	1.203
Total recebido referente a contraprestação contingente	44.308	54.925	44.308	54.925
Ajuste do preço de venda da Itambé	100.000	-	100.000	-
Correção monetária	-	(197)	-	(197)
Total recebido (pago) referente a ajuste de preço	100.000	(197)	100.000	(197)
IR/CSLL	(49.065)	(18.607)	(49.065)	(18.607)
Resultado das operações descontinuadas	95.243	36.121	95.243	36.121

11 Transações com partes relacionadas

Considerando as alterações na composição societária da Companhia, conforme informado na nota nº 1 - Contexto operacional, os quadros a seguir, que apresentam os montantes de transações com partes relacionadas, está de acordo com a seguinte estrutura:

Empresa	País	Relacionamento	
		31.12.2019	31.12.2018
Lala Brasil Holding Ltda. (i)	Brasil	-	Controladora
Dan Vigor Ind. Com. Lat. Ltda.	Brasil	Controlada	Controlada
Lala Servicios y Procesos Globales, S.A. de C.V.	México	Outras	Outras
Come de Lacteos y Derivados, S.A. de C.V	México	Outras	Outras

- (i) Conforme informado a Nota Explicativa 4 – Combinação de Negócios, a empresa foi incorporada pela Companhia em 01 de julho de 2019. Dessa forma, a Lala Brasil deixou de existir na referida data.

Transações comerciais negociadas entre as empresas do grupo registradas como partes relacionadas ativas foram integralmente liquidadas:

Vigor Alimentos S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018.
(Em milhares de reais)

	Moeda	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Ativo circulante						
Dan Vigor Ind. Com. Lat. Ltda.	BRL	31.01.2020	9.691	5.159	-	-
Lala Brasil Holding Ltda.	BRL	-	-	338	-	338
			9.691	5.497	-	338
Passivo circulante						
Lala Servicios y Procesos Globales, S.A. de C.V.	MXN	-	(85)	(19)	(128)	(37)
Dan Vigor Ind. Com. Lat. Ltda.	BRL	31.01.2020	(540)	-	-	-
			(625)	(19)	(128)	(37)
Passivo não circulante						
Lala Brasil Holding Ltda. LP (i)	BRL	-	-	(60.391)	-	(60.391)
			9.066	(54.913)	(128)	(60.090)

- (i) A Companhia tinha com a sua controladora Lala Brasil Holding Ltda. uma operação de mútuo originada em 26 de outubro de 2017 com o objetivo de liquidação de operações financeiras com instituições bancárias. A operação tinha um custo anual de CDI + 2,00% e a data de vencimento inicial era em 31 de dezembro 2018, no entanto o contrato foi renovado e o vencimento previsto era em 31 de dezembro de 2020 para o valor principal, com liquidação mensal dos juros incorridos. No entanto, devido a incorporação reversa entre da Lala Brasil Holding Ltda. com a Vigor Alimentos S.A., a partir de 01 de Julho 2019 os ativos e passivos foram liquidados. O quadro a seguir apresenta a movimentação da operação:

	31.12.2019	31/12/2018
Saldo inicial	60.391	60.000
Provisão de juros e outros encargos	2.092	4.924
Liquidações de principal	(60.000)	-
Liquidações de juros	(1.986)	(4.055)
Outras movimentações	(497)	(478)
Saldo final	-	60.391

Transações comerciais entre partes relacionadas registradas no balanço patrimonial como clientes, fornecedores e outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:

Saldos em 31 de dezembro de 2019	Controladora		
	Clientes	Outros ativos	Fornecedores
Dan Vigor Ind. Com. Lat. Ltda.	1.883	792	(88.371)
	1.883	792	(88.371)
Saldos em 31 de dezembro de 2018			
Dan Vigor Ind. Com. Lat. Ltda.	10.230	460	(140.592)
Lala Brasil Holding Ltda.	-	-	(1.291)
	10.230	460	(141.883)

Efeitos das transações entre partes relacionadas nas contas de resultado: receita e despesa financeira, receita de venda e prestação de serviços, compras de matérias primas, mercadorias para revenda e outros:

Notas explicativas as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018.
(Em milhares de reais)

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019	Controladora				
	Compras de matérias primas, mercadorias e serviços	Receitas de vendas	Juros passivos	Juros ativos	Outras receitas (i)
Dan Vigor Ind. Com. Lat. Ltda.	(2.110.250)	-	(73)	1	(36.507)
Lala Brasil Holding Ltda.	(4.233)	-	(2.092)	-	83
Lala Servicios y Procesos Globales, S.A. de C.V.	(152)	-	-	-	-
	(2.114.635)	-	(2.165)	1	(36.424)
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018					
Lala Brasil Holding Ltda.	(7.341)	-	(4.933)	-	-
Dan Vigor Ind. Com. Lat. Ltda.	(1.960.060)	26	(24)	1.107	36.316
Lala Servicios y Procesos Globales, S.A. de C.V.	(118)	-	-	-	-
	(1.967.519)	26	(4.957)	1.107	36.316

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019	Consolidado		
	Compras de matérias primas, mercadorias e serviços	Juros passivos	Outras receitas (i)
Lala Brasil Holding Ltda.	(4.233)	(2.092)	83
Come de Lacteos y Derivados, S.A. de C.V	-	-	5.902
Lala Servicios y Procesos Globales, S.A. de C.V.	(279)	-	-
	(4.512)	(2.092)	5.985
Exercício findo em 31 de dezembro			
Lala Brasil Holding Ltda.	(2.577)	(1.250)	-
Lala Servicios y Procesos Globales, S.A. de C.V.	(238)	-	-
	(2.815)	(1.250)	-

- (i) Os montantes destacados na rubrica outras receitas referem-se a:
- (a) Dan Vigor Ind. Com. Lat. Ltda.: receita com arrendamento de direito de uso das instalações fabris que são de propriedade da Companhia;
 - (b) Lala Brasil Holding Ltda.: receita referente a ressarcimento de despesas administrativas compartilhadas; e
 - (c) Come de Lácteos y Derivados, S.A. de C.V.: receita de venda de máquinas e equipamentos.

Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal chave da Administração inclui a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração. O valor agregado das remunerações recebidas por esses administradores, por serviços nas respectivas áreas de competência, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 20.649 (12 membros) e em dezembro de 2018 foi de R\$ 13.552 (11 membros).

Os responsáveis pelas diretorias Comercial, Marketing, Jurídica, Recursos Humanos, Administração e Controle, Finanças e RI, Supply Chain, Industrial e das Unidades de Negócio, além do Presidente, são parte de contrato de trabalho no regime CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), onde seguem todas as prerrogativas legais de remunerações e benefícios.

Notas explicativas as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018.
(Em milhares de reais)

De acordo com o IAS 24 (alterações)/CPC 05 (R1) – Apresentação de Partes Relacionadas, com exceção aos descritos acima, os demais membros da Diretoria Executiva e Conselho de Administração não são partes de contrato de trabalho ou outros contratos que prevejam benefícios corporativos adicionais, tais como benefício pós-emprego ou quaisquer outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de trabalho que não estejam de acordo com os requeridos pela CLT, quando aplicável, ou remuneração com base em ações.

12 Investimento em controlada

Em 31 de Dezembro de 2019, a Companhia detinha o controle integral da Dan Vigor. A seguir estão apresentadas informações consideradas relevantes desta controlada:

<u>31 de dezembro de 2019</u>	<u>%</u>	<u>Total de ativos</u>	<u>Capital social</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Receita líquida</u>	<u>Resultado do exercício</u>
Dan Vigor Ind. Com. Lat. Ltda.	100%	1.183.811	23.351	239.001	2.015.397	130.741

<u>31 de dezembro de 2018</u>	<u>%</u>	<u>Total de ativos</u>	<u>Capital social</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Receita líquida</u>	<u>Resultado do exercício</u>
Dan Vigor Ind. Com. Lat. Ltda.	100%	731.199	23.351	108.260	1.916.735	92.709

A seguir a composição e a movimentação ocorrida durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	Dan Vigor	
	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Participação societária	239.001	108.260
Resultado não realizado (i)	5.997	-
Agio	208.895	208.895
Marcas	51.530	49.000
Mais e menos valias de outros ativos e passivos	9.905	-
Total	<u>515.328</u>	<u>366.155</u>

(i) Eliminação referente ao arrendamento mercantil firmado entre Vigor e Dan vigor.

	Dan Vigor
Saldo em 31.12.2017	<u>273.446</u>
Equivalencia patrimonial	92.709
Saldo em 31.12.2018	<u>366.155</u>
Adições (i)	13.158
Equivalencia patrimonial (ii)	136.015
Saldo em 31.12.2019	<u>515.328</u>

(i) Em decorrência da incorporação da Lala Brasil (Nota 4); e

(ii) O resultado de equivalência patrimonial é composto por:

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Resultado do exercício	130.741	92.709
Resultado não realizado	5.997	-
Realização de mais e menos valias	(723)	-
Total	<u>136.015</u>	<u>92.709</u>

Notas explicativas as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018.
(Em milhares de reais)

13 Imobilizado

Controladora	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
			31.12.2019	31.12.2018
Imóveis	234.418	(124.688)	109.730	141.910
Terra nua e terrenos	194.334	-	194.334	118.575
Máquinas e equipamentos	444.197	(231.399)	212.798	166.639
Instalações	12.758	(10.517)	2.241	64.271
Equipamentos de informática	15.507	(7.276)	8.231	4.508
Veículos	704	(312)	392	244
Imobilizado em andamento	5.563	-	5.563	6.072
Outros	17.664	(6.988)	10.676	21.911
	925.145	(381.180)	543.965	524.130

Custo	31.12.2018	Adições	Baixas	Transferências	Combinação de negócios	31.12.2019
	Imóveis	254.150	27	(2.198)	12.185	(29.746)
Terra nua e terrenos	118.575	-	(1.235)	85	76.909	194.334
Máquinas e equipamentos	381.865	234	(61.327)	96.809	26.616	444.197
Instalações	147.083	909	(19.064)	(110.525)	(5.645)	12.758
Equipamentos de informática	19.161	3.438	(9.416)	321	2.003	15.507
Veículos	4.125	325	(3.727)	(106)	87	704
Imobilizado em andamento	6.072	2.851	(316)	(3.044)	-	5.563
Outros	30.104	777	(4.225)	4.673	(13.665)	17.664
	961.135	8.561	(101.508)	398	56.559	925.145
Depreciação						
Imóveis	(112.240)	(6.668)	1.051	(7.095)	264	(124.688)
Máquinas e equipamentos	(215.226)	(23.758)	56.111	(46.747)	(1.779)	(231.399)
Instalações	(82.812)	(1.885)	19.057	54.981	142	(10.517)
Equipamentos de informática	(14.653)	(1.935)	9.416	125	(229)	(7.276)
Veículos	(3.881)	(90)	3.687	(21)	(7)	(312)
Outros	(8.193)	(1.272)	3.714	(1.358)	121	(6.988)
	(437.005)	(35.608)	93.036	(115)	(1.488)	(381.180)
Líquido	524.130	(27.047)	(8.472)	283	55.071	543.965

Consolidado	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
			31.12.2019	31.12.2018
Imóveis	243.923	(128.918)	115.005	146.615
Terra nua e terrenos	194.333	-	194.333	120.083
Máquinas e equipamentos	562.212	(260.268)	301.944	214.102
Instalações	29.616	(11.743)	17.873	77.008
Equipamentos de informática	16.430	(7.698)	8.732	4.957
Veículos	804	(400)	404	244
Imobilizado em andamento	36.147	(8.049)	28.098	7.294
Outros	35.722	-	35.722	36.617
	1.119.187	(417.076)	702.111	606.920

Notas explicativas as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018.
(Em milhares de reais)

	31.12.2018	Adições	Baixas	Transferências	Combinação de negócios	31.12.2019
Custo						
Imóveis	261.800	510	(2.206)	13.320	(29.501)	243.923
Terra nua e terrenos	120.083	-	(2.030)	85	76.195	194.333
Máquinas e equipamentos	454.419	27.100	(69.362)	110.029	40.026	562.212
Instalações	165.781	8.052	(20.589)	(117.943)	(5.685)	29.616
Equipamentos de informática	20.225	3.558	(9.763)	365	2.045	16.430
Veículos	4.415	325	(3.728)	(323)	115	804
Imobilizado em andamento	16.505	32.190	(1.119)	(11.429)	-	36.147
Outros	36.617	20.867	(4.857)	6.302	(23.207)	35.722
	1.079.845	92.602	(113.654)	406	59.988	1.119.187
Depreciação						
Imóveis	(115.185)	(6.947)	1.059	(8.105)	260	(128.918)
Máquinas e equipamentos	(240.317)	(31.670)	64.159	(50.077)	(2.363)	(260.268)
Instalações	(88.773)	(2.744)	20.549	59.062	163	(11.743)
Equipamentos de informática	(15.268)	(2.058)	9.763	98	(233)	(7.698)
Veículos	(4.171)	(104)	3.688	196	(9)	(400)
Outros	(9.211)	(2.264)	4.349	(1.297)	374	(8.049)
	(472.925)	(45.787)	103.567	(123)	(1.808)	(417.076)
Líquido	606.920	46.815	(10.087)	283	58.180	702.111

A média ponderada das taxas de depreciação dos ativos que compõe cada grupo são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	Mínima	Máxima	Mínima	Máxima
Imóveis	1,67%	5,00%	1,67%	5,00%
Máquinas e equipamentos	3,33%	10,00%	3,33%	10,00%
Instalações	3,33%	10,00%	3,33%	10,00%
Equipamentos de informática	20,00%	33,33%	20,00%	33,33%
Veículos	10,00%	20,00%	10,00%	20,00%
Outros	3,33%	33,33%	3,33%	33,33%

14 Direitos de uso sobre ativos

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possuía 42 contratos de arrendamento de direito de uso registrados no ativo. A relação dos bens que estão arrendados é diversificada. Os principais são máquinas e equipamentos utilizados nas fábricas e centros de distribuição, os imóveis onde estão instalados os centros de distribuição e veículos que são utilizados por funcionários da área comercial e administrativa. A seguir está demonstrada a movimentação ocorrida durante o exercício:

	Controladora					
	31.12.2018	Adoção inicial	Adições	Remensuração	Depreciação	31.12.2019
Imóveis	-	15.529	3.468	(7.649)	(3.529)	7.819
Máquinas e equipamentos	-	9.411	812	874	(2.254)	8.843
Veículos	-	-	3.217	181	(664)	2.734
	-	24.940	7.497	(6.594)	(6.447)	19.396
	Consolidado					
	31.12.2018	Adoção inicial	Adições	Remensuração	Depreciação	31.12.2019
Imóveis	-	34.524	3.468	(6.976)	(8.266)	22.750
Máquinas e equipamentos	-	42.860	14.770	3.674	(13.255)	48.049
Veículos	-	-	12.509	6.672	(3.070)	16.111
	-	77.384	30.747	3.370	(24.591)	86.910

Notas explicativas as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018.
(Em milhares de reais)

15 Intangível

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Ágio				
Laticínios Serrabella Ltda.	1.459	1.459	1.459	1.459
S/A Fabrica de Produtos Alimentícios Vigor	860.946	860.946	860.946	860.946
Laticínios MB Ltda.	13.304	13.304	13.304	13.304
Dan Vigor Ind. e Com. de Laticínios Ltda.	-	-	208.895	208.895
Vigor alimentos S.A.	2.118.587	-	2.118.587	-
	2.994.296	875.709	3.203.191	1.084.604
Marcas e patentes	644.401	700	695.931	49.700
Software	11.731	8.818	12.037	8.990
Acordo de não competição	2.962	-	2.962	-
Relacionamento com cliente	39.642	-	51.815	-
	3.693.032	885.227	3.965.936	1.143.294

Controladora	31.12.2018	Adições	Baixas	Amortizações	Transferências	Combinação de negócios	31.12.2019
Ágio	875.709	-	-	-	-	2.118.587	2.994.296
Marcas e patentes	700	-	-	-	-	643.701	644.401
Software	8.818	7.423	(53)	(4.005)	(283)	(169)	11.731
Acordo de não competição	-	-	-	(1.778)	-	4.740	2.962
Relacionamento com cliente	-	-	-	(1.368)	-	41.010	39.642
	885.227	7.423	(53)	(7.151)	(283)	2.807.869	3.693.032

Consolidado	31.12.2018	Adições	Baixas	Amortizações	Transferências	Combinação de negócios	31.12.2019
Ágio	1.084.604	-	-	-	-	2.118.587	3.203.191
Marcas e patentes	49.700	-	-	-	-	646.231	695.931
Software	8.990	7.649	(53)	(4.097)	(283)	(169)	12.037
Acordo de não competição	-	-	-	(1.778)	-	4.740	2.962
Relacionamento com cliente	-	-	-	(1.803)	-	53.618	51.815
	1.143.294	7.649	(53)	(7.678)	(283)	2.823.007	3.965.936

Ágio

Ágio: Conforme interpretação técnica ICPC 09 - Demonstrações Financeiras Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, no balanço consolidado o ágio ("goodwill") fica registrado no subgrupo do Ativo Intangível por se referir à expectativa de rentabilidade da controlada adquirida, cujos ativos e passivos estão consolidados nos da controladora. Já no balanço individual da controladora, esse ágio fica no seu subgrupo de Investimentos, do mesmo grupo de ativos não circulantes, porque, para a investidora, faz parte do seu investimento na aquisição da controlada, não sendo ativo intangível seu (como dito atrás, a expectativa de rentabilidade futura – o genuíno intangível – é da controlada).

Laticínios Serrabella Ltda.

No ano de 2008, a controlada Vigor adquiriu 100% do capital do Laticínios Serrabella Ltda., tendo apurado um ágio no valor de R\$ 1.459, que por não ter vida útil definida não é amortizado, mas, todavia, a sua recuperação é testada anualmente.

S.A. Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor

Em janeiro de 2012, houve a cessão do investimento a valor contábil da JBS S.A., incluindo ágio, na S.A Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor para capitalização na controlada Vigor. Tal cessão ocorre em função de uma transação sob controle comum, em que a JBS S.A. efetuou capitalização de R\$ 1.191.373 na Vigor, através de cessão a valor contábil de seu investimento (R\$ 330.427) e ágio (R\$ 860.946) na S.A. Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor.

Vigor Alimentos S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018.
(Em milhares de reais)

Laticínios MB Ltda.

Em novembro de 2012, a Vigor adquiriu 100% da Laticínios MB Ltda., tendo apurado um ágio no valor de R\$ 13.304.

Dan Vigor Indústria e Comércio de Laticínios Ltda.

Em fevereiro de 2015, apurou um ágio de R\$ 208.895 referente a compra de 50% da Dan Vigor.

Vigor Alimentos S.A.

Em decorrência do evento informado na nota 4, em Julho de 2019 houve a incorporação reversa da Lala Brasil Holding Ltda pela Vigor Alimentos S.A. incrementando ágio de R\$ 2.118.587. Este montante é parte do valor do intangível adicionado em função da combinação de negócios conforme apresentado no quadro acima.

Teste para verificação de perda do valor recuperável (“impairment”) do ágio

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ágios utilizando o conceito do “valor em uso”, por meio de modelos de fluxo de caixa descontado, representativas dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis utilizados na produção e venda de produtos aos seus clientes.

O processo de determinação do Valor em Uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento dos fluxos de caixa são baseadas nas melhores estimativas da Administração, bem como em dados comparáveis de mercado, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica do conjunto de ativos que proporcionam os mesmos. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo médio ponderado de capital (WACC).

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso foi efetuada por um período de 10 anos e, a partir de então, considerou-se a perpetuidade do fluxo tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. A Administração julgou apropriada a utilização do período de dez anos com base em sua experiência passada em elaborar com acurácia projeções de seu fluxo de caixa.

A taxa de crescimento utilizada para extrapolar as projeções além do período de dez anos foi de 4,26% (4,8% em 2018) ao ano em valores nominais. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a taxa de 9,66% (10,60% em 2018), também em valores nominais. As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue:

- **Receitas de vendas:** As receitas foram projetadas entre 2020 e 2030, considerando os crescimentos de volumes e dinâmica de preços das diferentes categorias de produtos das Unidades Geradoras de Caixa.
- **Custos e despesas operacionais:** Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como, com o crescimento previsto das receitas.
- **Investimentos de capital:** Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a manutenção da infraestrutura existente e as expectativas necessárias para viabilizar a oferta dos produtos.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

Baseando-se no teste anual de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia, elaborado sobre as projeções realizadas sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, perspectivas de crescimento a época e acompanhamento das projeções e dos resultados operacionais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não foram identificadas possíveis perdas ou indicativos de perdas, visto que o valor em uso é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

16 Fornecedores e fornecedores risco sacado

a) Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Mercado Interno				
Materiais, Insumos e serviços	29.137	34.734	313.376	273.133
Produtos acabados	84.568	138.489	1.458	1.065
	113.705	173.223	314.834	274.198
Mercado Externo				
Insumos	52	-	4.189	7.344
	113.757	173.223	319.023	281.542

b) Fornecedores risco sacado

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Fornecedores risco sacado	18.530	16.774	179.081	117.406

Alguns fornecedores tem a opção de ceder títulos da Companhia, sem direito de regresso, junto a instituição financeira de primeira linha. A negociação da taxa de desconto é realizada diretamente entre Banco e fornecedor, no momento da formalização de cada operação de cessão.

Cabe enfatizar que operacionalmente e comercialmente não houve alteração no processo, e que a referida transação de risco sacado não gera alteração nos preços praticados pelos fornecedores, mantendo-se a mesma composição de preço praticado previamente à operação de risco sacado por esses mesmos fornecedores.

17 Empréstimos e financiamentos

Passivo circulante

Modalidade	Custo	Controladora		Consolidado	
		31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Em moeda nacional					
Capital de Giro	7,24% (Swap a CDI + 0,75% a.a)	-	25.596	1.514	29.049
FGPP/NPR	5,00% a.a.	-	-	-	11.885
Finame	3,08% a.a.	2.251	2.253	2.251	2.253
		2.251	27.849	3.765	43.187
Em moeda estrangeira					
Lei 4131 - USD	0,61% a.a. (Swap a CDI + 0,78% a.a.)	14	323.445	14	323.445
FINIMP	3,36% a.a.	-	-	16.423	7.065
		14	323.445	16.437	330.510
		2.265	351.294	20.202	373.697

Notas explicativas as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018.
(Em milhares de reais)

Passivo não circulante

Modalidade	Custo financeiro	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Em moeda nacional						
Capital de Giro	7,2405% (Swap a CDI + 0,75% a.a.)	19.06.2023	-	-	60.000	199.853
Finame	3,19% a.a.	15.07.2024	5.245	7.487	5.245	7.487
			5.245	7.487	65.245	207.340
Em moeda estrangeira						
Lei 4131 - USD	0,6106% a.a. (Swap a CDI +0,78% a.a.)	25.06.2021	198.371	-	198.371	-
			203.616	7.487	263.616	207.340

O vencimento do exigível a longo prazo compõe-se:	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
2020	-	2.242	-	202.095
2021	200.612	2.241	224.612	2.241
2022	2.188	2.188	26.188	2.188
2023 a 2024	816	816	12.816	816
	203.616	7.487	263.616	207.340

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Saldo inicial	358.781	928.752	581.037	1.095.918
Captações	200.000	204.811	302.979	423.249
Amortizações de principal	(378.978)	(842.269)	(626.422)	(996.330)
Juros pagos	(7.678)	(22.197)	(27.730)	(46.687)
Despesas de juros e encargos	9.801	16.979	28.131	32.215
Variações cambiais	23.955	72.705	25.823	72.672
Saldo final	205.881	358.781	283.818	581.037

A operação apresentada na rubrica "Lei 4131 – USD" está sujeita ao vencimento antecipado em caso da não observância dos índice financeiros "Dívida Líquida/EBITDA" superior a 4,0x ou "EBITDA/ Saldo Juros Financeiros" inferior a 3,0x com base nos últimos 12 meses consolidados apurados no fechamento de cada trimestre até o final do contrato.

A Companhia possui em seus contratos de empréstimos e financiamentos as seguintes cláusulas de vencimento antecipado (Covenants):

- 1) Não tornar-se um "Facta- FFI" ou contribuinte americano;
- 2) Cumprir integralmente todas as leis ambientais e manter todas as licenças / permissões exigidas pelas Leis Ambientais aplicáveis, bem como as leis de segurança de trabalho e proteção à saúde;
- 3) Caso a Companhia ou seus fiadores tiverem títulos de sua responsabilidade ou coobrigação protestado ou sofrerem execução/arresto de bens, que possa comprometer a capacidade de pagamento, exceto se devidamente comprovado que foram cancelados, suspensos ou efetuados por erro;

Vigor Alimentos S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018.
(Em milhares de reais)

- 4) Existência de decisão administrativa final sancionada por um órgão competente, em razão de prática de atos que importem em discriminação de raça ou gênero, bem como trabalho infantil, trabalho análogo ao de escravo, assédio moral, sexual ou proveito criminoso de prostituição;
- 5) A Companhia deverá manter segurados todos os bens dados as garantias do contrato (Finame).
- 6) Cumprir com todas as obrigações financeiras de origem tributária, trabalhista, ambiental e previdenciária.
- 7) Não incorrer em alteração da estrutura societária ou de capital social sem autorização, exceto nas situações previstas em contrato.
- 8) Não distribuir dividendos acima do mínimo estabelecido em lei.
- 9) Manter seguro os ativos da companhia da forma como estipulado em contrato.
- 10) Venda, transferência, cessão, locação ou qualquer forma de alienação de ativos, exceto na forma prevista em contrato ou sob prévia autorização.
- 11) Não descumprir normas e procedimentos do crédito rural.
- 12) Não descumprir normas e procedimentos do BNDES (Finame)
- 13) Não descumprir normas e regulamentos relacionados a emissão e oferta pública (Debênture).
- 14) Falta de entrega de documentos relacionados a operação quando solicitados e não fornecidos dentro do prazo ou a prestação falsa de informações.
- 15) Inadimplemento financeiro relacionado ao contrato com o banco ou qualquer outro contrato com terceiros que caracterize um vencimento antecipado.
- 16) Transferência de direitos e obrigações do contrato sem autorização.
- 17) Cumprir com as obrigações tributárias relacionadas a operação.
- 18) Não incorrer em obrigações financeiras que sejam estranhas aos negócios normais da companhia.
- 19) Alteração de objeto social/atividade econômica principal.
- 20) Incorrer em falência, insolvência, recuperação judicial, regime de administração especial, extinção, liquidação, penhor de bens em garantia ou não reconstituição de garantias defasadas.
- 21) Ter processos judiciais contra companhia executáveis ou cujo recurso não tenha sido impetrado no tempo estipulado cujo impacto financeiro seja relevante.

As instituições financeiras com as quais a companhia mantinha operações foram comunicadas sobre o evento de incorporação mencionada na nota 4, e não houveram nenhuma mudança nas condições contratuais dos empréstimos ativos, também não houve pagamento de penalidades.

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia estava em conformidade com todas as restrições contratuais.

18 Debentures

Modalidade	Custo	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Debêntures (principal)	CDI + 0,63% a.a	25/09/2023	190.000	-	190.000	-
Remuneração			2.796	-	2.796	-
(-) Custo para emissão			(1.323)	-	(1.323)	-
			<u>191.473</u>	<u>-</u>	<u>191.473</u>	<u>-</u>

Notas explicativas as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018.
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Passivo circulante	2.383	-	2.383	-
Passivo não circulante	189.090	-	189.090	-
	191.473	-	191.473	-

A seguir cronograma de amortização do saldo de longo prazo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
2021	37.669	-	37.669	-
2022	75.669	-	75.669	-
2023	75.752	-	75.752	-
	189.090	-	189.090	-

	Controladora	Consolidado
Saldo inicial	-	-
Captações	190.000	190.000
Custos para emissão pagos	(1.323)	(1.323)
Juros pagos	-	-
Despesas de juros e encargos	2.796	2.796
Saldo final	191.473	191.473

Em setembro de 2019 a Companhia realizou a emissão da segunda debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única. Foram emitidas um total de 190.000 (cento e noventa milhões), sendo o valor unitário de R\$ 1,00 (um real). Os recursos captados foram destinados a liquidação de outras operações de empréstimos que possuíssem vencimento no curto prazo.

A operação está sujeita ao vencimento antecipado na ocorrência de um dos eventos abaixo descritos:

- 1) Pedido de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia ou de sua controlada;
- 2) Incurrir em falência, insolvência, recuperação judicial, regime de administração especial, extinção, liquidação, penhor de bens em garantia ou não reconstituição de garantias defasadas;
- 3) Inadimplimento de qualquer obrigação pecuniária relativa às debêntures;
- 4) Transformação do tipo societário da Companhia;
- 5) Declaração de vencimento antecipado de qualquer dívidas no mercado de capitais ou financeiros das quais a Companhia seja parte devedora ou garantidora;
- 6) Redução do capital social, exceto se para absorção de prejuízos ou se previamente autorizado por debenturistas;
- 7) Distribuição de dividendos, incluindo juros de capital próprio ou a título de antecipação, acima do mínimo obrigatório, conforme previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- 8) Cisão, fusão ou incorporação ou quaisquer reorganizações societárias envolvendo a Companhia e sua controlada, exceto a) entre controladas, controladoras e/ou coligadas pertencentes ao mesmo grupo econômico da Companhia; b) reorganização societária com a finalidade exclusiva de realizar operações de aquisição de sociedades; c) exclusivamente para os casos em que as referidas operações societárias sejam realizadas com o cumprimento comprovado do parágrafo 1º do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações, e de outras regulamentações, quando aplicáveis;
- 9) Mudança no controle acionário direto ou indireto, exceto se a alteração for realizado dentro do grupo econômico; e

Notas explicativas as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018.
(Em milhares de reais)

- 10) Protesto de títulos da Emissora igual ou superior ao valor acordado;
- 11) Venda, cessão, locação ou qualquer forma de alienação de ativos pela emissora acima do percentual estabelecido na Escritura.
- 12) Constituição, pela Emissora, a qualquer tempo, ainda sob condição suspensiva, de quaisquer garantias reais, ônus, gravames em favor de terceiros sobre quaisquer ativos, e/ou fidejussória em valor acima do estabelecido.
- 13) Descumprimento, pela Emissora, das Leis Ambientais e Trabalhistas (conforme abaixo definido), incluindo mas não se limitando, à legislação e regulamentação relacionadas à saúde e segurança ocupacional, conforme aplicáveis à Emissora, exceto (a) por aquelas determinações questionadas nas esferas judiciais e/ou administrativas e cuja aplicabilidade e/ou exigibilidade estejam suspensas; e/ou (b) por aquelas que não causarem um Efeito Adverso Relevante (conforme abaixo definido).
- 14) Manter seus bens e ativos estratégicos e/ou que individualmente representem mais do que 5% (cinco por cento) do valor do seu ativo total, com base nas últimas demonstrações financeiras divulgadas pela Emissora, devidamente segurados, conforme práticas correntes da Emissora e do mercado;
- 15) Cumprir todas as normas vigentes do mercado de capitais em relação a operação de Debênture;

19 Arrendamentos a pagar

O passivo de arrendamento foi mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento, descontados usando conforme descrito a seguir. A Companhia analisou os prazos firmados em cada contrato e identificou que alguns envolvem bens que a expectativa de utilização vai além do período contratual. Para esses contratos existem cláusulas de renovações automáticas ou está condicionado ao desejo da própria Companhia para renovação. Dessa forma, os prazos considerados consistem na expectativa de continuidade do contrato.

As taxas de juros consideradas para todos os contratos são as taxas reais necessárias para financiar a aquisição dos ativos arrendados em condições similares ao custo do dinheiro para a companhia na data de adoção da norma e são revisadas anualmente. Para identificar as taxas adotadas foram utilizados indicadores de mercado e indicadores internos. As taxas utilizadas pela Companhia em 31 de dezembro de 2019 variam de 5,26% a.a. à 5,81% a.a. atribuídas a cada contrato de acordo com o prazo contratual remanescente dos mesmos.

A seguir está apresentada a movimentação ocorrida durante o exercício:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31.12.2018	-	-
Adoção inicial	24.940	77.384
Novos arrendamentos	7.497	30.747
Remensuração arrendamentos	(6.594)	3.370
Juros apropriados	2.400	7.912
Liquidações	(8.075)	(28.960)
Saldo em 31.12.2019	<u>20.168</u>	<u>90.453</u>
Passivo circulante	4.817	27.633
Passivo não circulante	15.351	62.820
Total	<u>20.168</u>	<u>90.453</u>

20 Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Salários e encargos sociais	18.783	11.126	29.360	19.320
Provisões para férias, 13º e encargos	12.997	12.464	23.790	22.929
Imposto de renda e contribuição social retido	1.404	1.029	2.007	1.723
ICMS a recolher	2.159	2.185	7.913	7.712
PIS e COFINS a recolher	5.907	5.721	6.528	6.161
Parcelamentos tributários (a)	137.224	168.595	137.224	173.741
Outros	87	339	318	916
	178.561	201.459	207.140	232.502
Passivo circulante	69.317	61.037	97.409	87.287
Passivo não circulante	109.244	140.422	109.731	145.215
	178.561	201.459	207.140	232.502

a) Parcelamentos tributários

1.) Parcelamento federal – Lei nº 11.941, de 27.05.2009

Em novembro de 2009 a Vigor aderiu ao parcelamento de débitos federais com a opção de liquidar os valores correspondentes a multas e a juros moratórios, inclusive relativos a débitos inscritos na Dívida Ativa da União, com a utilização de créditos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL próprios.

A norma legal estabeleceu que até o mês anterior ao da consolidação do parcelamento, o contribuinte estaria obrigado ao pagamento, a cada mês, de prestação em valor não inferior a R\$ 100,00 (cem reais). Somente após a consolidação do parcelamento pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, a empresa procedeu ao recolhimento das parcelas pelo valor correto, qual seja, o valor correspondente à divisão do montante do débito consolidado, computadas as prestações pagas, pelo número de prestações restantes.

A opção do parcelamento se deu em 180 (cento e oitenta) parcelas do saldo devedor remanescente, acrescido de juros correspondentes à variação da taxa SELIC.

2.) Parcelamento federal – Lei nº 13.496, de 24.10.2017

Em outubro de 2017 a Vigor aderiu ao parcelamento de débitos no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil e inscritos em Dívida Ativa da União, por meio do PERT (Programa Especial de Regularização Tributária), mediante o pagamento de 20% da dívida consolidada vencíveis de agosto a dezembro de 2017, e o restante em 145 (cento e quarenta e cinco) parcelas com reduções de 80% dos juros de mora, 50% das multas de mora e de 100% dos encargos legais, inclusive honorários advocatícios.

3.) Parcelamento federal – Lei nº 13.606, de 09.01.2018

Em outubro de 2018 a Vigor aderiu ao PRR (Programa de Regularização Tributária Rural), que trata do parcelamento das contribuições de que tratam o artigo 25 da Lei nº 8.212, de 24.07.1991, e o artigo 25 da Lei nº 8.870, de 15 de abril de 1994, mediante o pagamento do valor correspondente a, no mínimo, 2,5% do valor da dívida consolidada, em até 02 parcelas iguais e sucessivas, e pagamento do restante da dívida consolidada por meio de parcelamento em até 176 prestações mensais e sucessivas, vencíveis a partir do mês de janeiro de 2019, equivalentes a 0,3% (três décimos por cento) da média mensal da receita bruta proveniente da comercialização do ano civil imediatamente anterior ao do vencimento da parcela, com redução de 100% do valor correspondente às multas de mora e de ofício e de 100% (cem por cento) dos juros de mora.

Notas explicativas as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018.
(Em milhares de reais)

Nos quadros a seguir temos a posição dos saldos dos parcelamentos tributários que a Companhia fez a adesão:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Federais	136.599	167.246	136.599	172.392
Estaduais	189	883	189	883
SENAI	436	466	436	466
Total de parcelamentos tributários	137.224	168.595	137.224	173.741

	Controladora			
	Federais	Estaduais	SENAI	Total
31.12.2018	167.246	883	466	168.595
Juros	6.021	29	28	6.078
Compensações e liquidações	(36.668)	(723)	(58)	(37.449)
31.12.2019	136.599	189	436	137.224

	Consolidado			
	Federais	Estaduais	SENAI	Total
31.12.2018	172.392	883	466	173.741
Juros	6.306	29	28	6.363
Compensações e liquidações	(42.099)	(723)	(58)	(42.880)
31.12.2019	136.599	189	436	137.224

Cronograma de pagamentos	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
2019	8.686	33.847	8.686	34.199
2020	33.264	33.322	33.264	33.675
2021	24.446	25.666	24.446	26.018
2022	24.446	24.170	24.446	24.523
2023	24.440	24.168	24.440	24.521
Até 2030	21.942	27.422	21.942	30.805
	137.224	168.595	137.224	173.741

21 Provisão para riscos processuais e depósito judiciais

A Vigor é parte envolvida em processos judiciais de natureza trabalhista, tributária e cível em andamento, os quais envolvem riscos em caso de perda. responsabilidades contingentes. Os processos encontram-se em fase de defesa administrativa e/ou em trâmite na esfera judicial.

Com base no posicionamento da Administração, apoiado na opinião de seus assessores jurídicos internos e externos, a Administração da Companhia e de sua controlada mantêm provisão para riscos em montantes considerados suficientes para fazer face a eventuais perdas que possam advir de desfechos desfavoráveis, conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Trabalhistas	259.654	21.062	261.645	22.857
Cíveis	3.381	2.064	3.975	2.430
Fiscais e Previdenciárias	465.173	13.682	465.245	13.682
Total	728.208	36.808	730.865	38.969

Notas explicativas as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018.
(Em milhares de reais)

	<u>31.12.2018</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Combinação de negócios</u>	<u>31.12.2019</u>
Controladora	36.808	95.138	(138.005)	734.267	728.208
Consolidado	38.969	99.942	(140.675)	732.629	730.865

Depósitos judiciais, cauções e outros

Referem-se a valores depositados em conta ou bloqueios de saldos bancários determinados em juízos, para garantia de eventuais execuções exigidas, ou valores depositados em acordo judicial em substituição de pagamentos de passivos que estão sendo discutidos judicialmente.

Considerando o Contrato de Compra e Venda de Ações celebrado entre Grupo J&F e Grupo Lala para a compra das ações da Vigor, as Demandas de Terceiro contra a Vigor, estão sujeitas a indenização, nos termos da Cláusula 10, cujo fato gerador seja anterior à data do fechamento da operação, até o limite de R\$ 1.000.000. Em 31 de dezembro de 2019 o montante ressarcido totalizava R\$ 84.628, tendo, por consequência nesta data, um saldo remanescente de R\$ 915.372 do limite estipulado. O ativo de compensação é reconhecido nas demonstrações financeiras a medida que o passivo da respectiva contingência é registrado.

Processos trabalhistas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, com base na avaliação de risco feita pela Administração apoiada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia registrou provisões no montante de R\$ 259.654 (R\$ 261.645 no consolidado) relativas a tais processos para fazer frente a eventuais resultados adversos nas ações em que é parte, já incluídos os encargos previdenciários. As ações, em sua maioria, são movidas por ex-empregados e terceiros, e os principais pedidos dizem respeito à jornada de trabalho, pedidos de vínculo empregatício, horas extras, adicional de insalubridade e periculosidade, bem como suposta ocorrência de acidentes de trabalho.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as contingências classificadas com probabilidade de perda possível, totalizavam R\$ 20.129 (R\$ 24.109 no consolidado).

Processos cíveis

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, na avaliação da Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos, a expectativa de perda é de R\$ 3.381 (R\$ 3.975 no consolidado), sendo que esse montante está provisionado. Os pleitos, em sua maioria, estão relacionados a ações de indenização por rescisão de contratos de representação comercial e de prestação de serviços.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as contingências classificadas com probabilidade de perda possível, totalizavam R\$ 6.629 (R\$ 6.910 no consolidado).

Processos fiscais e previdenciárias

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, na avaliação da Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos, a expectativa de perda é de R\$ 465.173 (R\$ 465.245 consolidado), sendo que esse montante está provisionado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as contingências classificadas com probabilidade de perda possível totalizavam R\$ 232.753 (R\$ 310.951 no consolidado). As principais ações com probabilidade de perda possível são:

- 1) R\$ 41.205 - Previdenciário - Processo que discute a exigência de débitos previdenciários regularmente compensados com créditos homologados pela Receita Federal;
- 2) R\$ 141.557 - ICMS/MG - Processo que discute a manutenção da base de cálculo do imposto empregada nas transferências internas, resguardada por meio de regime especial;
- 3) R\$ 81.100 - ICMS/RJ - Processo que discute manutenção dos incentivos fiscais recebidos do RioLog;

Notas explicativas as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018.
(Em milhares de reais)

- 4) R\$ 11.173 - ICMS/PR - Processo que discute a manutenção dos créditos presumidos do imposto em operações resguardadas pela legislação;
- 5) R\$ 19.228 - ICMS/MG - Processo que discute a manutenção do crédito presumido concedido por meio de Regime Especial;

22 Impostos sobre o lucro

São registrados com base no lucro tributável de acordo com a legislação e alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias. O imposto de renda e contribuição social diferidos passivos foram registrados sobre as reservas de reavaliação constituídas pela Companhia e sobre as diferenças temporárias.

a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	36.467	75.201	32.715	74.985
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
Expectativa de impostos sobre o lucro	(12.399)	(25.568)	(11.123)	(25.495)
Ajuste para demonstração da alíquota efetiva				
(Adições) exclusões permanente:	56.084	45.290	58.559	45.433
Resultado de equivalência patrimonial	46.245	31.521	-	-
Incentivos fiscais	11.378	15.746	58.780	47.482
Gratificação para administradores	-	(1.847)	-	(1.847)
Despesas indedutíveis	(6.929)	-	(6.957)	-
Receitas não tributáveis	18.613	-	19.959	-
Ativo diferido não constituído	(13.223)	(130)	(13.223)	(202)
Impostos sobre o lucro	43.685	19.722	47.436	19.938
Alíquota efetiva	-120%	-26%	-145%	-27%

b) Composição do saldo de impostos sobre o lucro diferidos no balanço patrimonial

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	71.712	49.103	97.450	74.917
Reserva de reavaliação	(29.131)	(33.959)	(29.131)	(33.959)
Ganho na aquisição de investimentos (Dan Vigor)	(1.021)	(43.842)	(1.021)	(43.842)
Agio e mais valia de investimentos	(193.332)	(95.579)	(202.827)	(95.579)
Outras diferenças temporárias ativas e passivas	20.943	12.073	29.234	13.820
Total	(130.829)	(112.204)	(106.295)	(84.643)
Ativo	-	-	27.623	27.561
Passivo	(130.829)	(112.204)	(133.918)	(112.204)

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- (i) quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro real ou prejuízo fiscal; e

(ii) sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimento em controlada, em que o exercício da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizadas, exceto:

(iii) sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimento em controlada, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Estão apresentados no balanço pela natureza do valor líquido por entidade.

Em função de outros elementos que são utilizados para compensação no cálculo dos impostos sobre o lucro, a expectativa da administração é de iniciar a realização dos saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social a partir do exercício de 2025. Considerando o montante atual, o período para realização seria de aproximadamente 5 anos, no entanto, este período estimado é incerto e está vinculado a diversos fatores que podem ou não estar sob controle da administração.

23 Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social da Companhia era de R\$ 1.507.934 (um bilhão, quinhentos e sete milhões, novecentos e trinta e três mil, setecentos e quarenta e sete reais e sessenta e um centavos), dividido em 179.465.112 (cento e setenta e nove milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil, cento e doze ações) ações ordinárias, escriturais, nominativas, sem valor.

Em decorrência da incorporação informada na nota 4, o capital social foi incrementado em R\$ 2.450.000 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta mil reais), dividido em 176.385.890 (cento e setenta e seis milhões, trezentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e noventa) ações ordinárias.

Sendo assim, em 31 de dezembro de 2019, o capital social da Companhia passou a ser de R\$ 3.957.934 (três bilhões, novecentos e cinquenta e sete milhões, novecentos e trinta e três mil, setecentos e cinquenta e nove reais e setenta e um centavos), dividido em 355.851.002 (trezentas e cinquenta e cinco milhões, oitocentas e cinquenta e uma mil e duas) ações ordinárias, escriturais, nominativas, sem valor.

A Companhia ainda está autorizada a aumentar o seu capital social em até mais 10.000.000 de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Conforme estatuto social, o Conselho de Administração fixará o número, o preço, o prazo de integralização e as demais condições da emissão de ações. A Companhia poderá outorgar opção de compra de ações a administradores, empregados ou pessoas naturais que lhe prestem serviços, ou a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços às empresas sob seu controle, com exclusão do direito de preferência dos acionistas na outorga e no exercício das opções de compra.

b) Reserva de capital

Em decorrência da incorporação reversa da Lala Brasil (Nota 4) foi constituída a reserva de capital que representa a diferença entre o patrimônio líquido da Companhia e da antiga acionista controladora no momento da conclusão da operação. A reserva foi inicialmente constituída pelo valor de R\$ 2.746.645 e posteriormente o montante de R\$ 2.450.000 foi destinado para aumento do capital social.

c) Reservas de lucros**Legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Lucro a realizar

Reserva constituída em função do ganho de participação detida com a compra dos 50% restante da empresa Dan Vigor no exercício de 2015.

Para expansão

Constituída à base do saldo remanescente do lucro líquido após as destinações para constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, que terá por finalidade financiar a aplicação em ativos operacionais.

Incentivos Fiscais

Constituída por Incentivos Fiscais provenientes do ICMS concedidos e convalidados nos termos da Lei Complementar 160/17 e Convênio ICMS 190/17 caracterizados como subvenção de investimento.

O valor correspondente a Subvenção de Investimento em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais são retidos em conta apropriada do Patrimônio Líquido (Reserva de Incentivos Fiscais) após terem sido reconhecidas na Demonstração do Resultado para que não seja distribuído ou de qualquer forma repassado aos sócios ou acionistas sem serem oferecidos a tributação conforme regulamentado.

d) Distribuição de lucros

De acordo com as disposições estatutárias da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido do exercício após as constituições das reservas legal, contingências e incentivos fiscais. A seguir está apresentada a distribuição do lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

Resultado do exercício	175.395
Reserva legal (5%)	(8.770)
Incentivos fiscais	(33.464)
Incentivos fiscais de subsidiária	(139.420)
Resultado após constiuição de reservas	(6.259)
Reversão de reserva de lucros para expansão	6.259
Resultado atribuível para distribuição de dividendos	-

24 Receita operacional líquida

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2019	2018	2019	2018
RECEITA OPERACIONAL BRUTA DE VENDAS				
Mercado interno	2.969.307	2.906.757	3.117.943	3.059.154
Mercado externo	3.684	3.731	5.879	3.871
	<u>2.972.991</u>	<u>2.910.488</u>	<u>3.123.822</u>	<u>3.063.025</u>
DEDUÇÕES DE VENDAS				
Devoluções e descontos	(384.644)	(352.391)	(385.454)	(352.628)
Impostos sobre as vendas	(244.518)	(238.669)	(291.622)	(288.605)
	<u>(629.162)</u>	<u>(591.060)</u>	<u>(677.076)</u>	<u>(641.233)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	<u>2.343.829</u>	<u>2.319.428</u>	<u>2.446.746</u>	<u>2.421.792</u>

25 Resultado por ação

Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações do exercício, excluindo as ações mantidas como ações em tesouraria. A Companhia não possui ações em tesouraria nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018.

	Operações continuadas		Operações descontinuadas	
	2019	2018	2019	2018
Resultado atribuível aos acionistas - R\$	80.152	94.923	95.243	36.121
Média ponderada de ações do período - milhares	267.658	171.117	267.658	171.117
Resultado por lote de mil ações - Básico - R\$	0,30	0,55	0,36	0,21

Diluído

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações em circulação supondo a conversão de todas as ações potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui nenhuma categoria de ações potenciais que provocariam diluição.

26 Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receitas financeiras				
Receita de variação cambial	16.707	450	22.421	894
Juros Ativos	13.191	27.769	18.942	28.446
	29.898	28.219	41.363	29.340
Despesas financeiras				
Despesa de variação cambial	(16.714)	(198)	(23.532)	(1.635)
Juros Passivos	(28.966)	(50.220)	(50.613)	(66.175)
Impostos, contribuições, tarifas e outros	(4.220)	(6.638)	(6.133)	(8.058)
	(49.900)	(57.056)	(80.278)	(75.868)
Resultado financeiro líquido	(20.002)	(28.837)	(38.915)	(46.528)

27 Despesas por natureza

A Companhia apresenta a seguir o detalhamento da demonstração do resultado por natureza e função:

Classificação por natureza	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Depreciação e amortização	(48.639)	(37.819)	(77.385)	(43.497)
Despesas com pessoal	(187.396)	(153.205)	(347.440)	(295.673)
Matéria prima, mat. de uso e consumo, fretes e serviços	(1.931.270)	(1.806.675)	(1.624.789)	(1.591.407)
Remuneração de capitais de terceiros	(108.521)	(134.513)	(172.584)	(161.906)
Outras receitas e despesas	(31.536)	(112.015)	(191.833)	(254.324)
	(2.307.362)	(2.244.227)	(2.414.031)	(2.346.807)

Notas explicativas as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018.
(Em milhares de reais)

Classificação por função	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Custo dos produtos vendidos	(1.946.288)	(1.803.730)	(1.796.811)	(1.702.018)
Despesas com vendas	(419.241)	(417.480)	(507.019)	(465.647)
Administrativas e gerais	(128.076)	(96.139)	(151.580)	(138.702)
Resultado financeiro líquido	(20.002)	(28.837)	(38.915)	(46.528)
Resultado de equivalência patrimonial	136.015	92.709	-	-
Outras receitas e (despesas) operacionais	70.230	9.250	80.294	6.088
	(2.307.362)	(2.244.227)	(2.414.031)	(2.346.807)

28 Cobertura de seguros

No quadro abaixo está demonstrada a cobertura de seguros da Companhia em 31 de Dezembro de 2019:

Modalidade	Tipo de Cobertura	Controladora	Consolidado
Automóveis	Incêndio, roubo e colisão para 8 veículos	689	1.378
Responsabilidade civil	Riscos contra terceiros e Administradores.	60.000	120.000
Riscos operacionais	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações, estoques e máquinas e equipamentos.	156.000	312.000
Transporte Internacional de Mercadorias - Importação	Consideram-se segurados todos os bens e/ou mercadorias inerentes ao ramo de atividade do Segurado, devidamente acondicionadas em embalagem apropriada a sua natureza e viagem.	2.000	4.000
		218.689	437.378

29 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

As operações estão expostas a riscos de mercado, principalmente com relação às variações de taxas de câmbio, riscos de créditos, taxas de juros e risco de liquidez.

a) Política de gestão de riscos

A Companhia possui uma política formal para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é de responsabilidade da tesouraria, que se utiliza de instrumentos de controle através de sistemas adequados e profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos. Nossas estratégias compreendem análises das demonstrações financeiras de nossos clientes e consultas a órgãos de monitoramento de crédito e risco. Adicionalmente, não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo.

b) Riscos de taxas de juros

O risco de taxa de juros está atrelado diretamente ao risco de aumentos nas despesas relacionadas aos empréstimos e financiamentos ou da redução dos rendimentos atrelados às aplicações financeiras, considerando as flutuações de taxas de mercado. Este risco é monitorado através da estratégia de equalização das taxas contratadas à taxa CDI.

Notas explicativas as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018.
(Em milhares de reais)

Exposição à taxa CDI:	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Ativo				
CDB	190.115	244.781	190.965	245.293
Passivo				
Debêntures	(191.473)	-	(191.473)	-
Parcelamentos Tributários	(137.224)	(168.595)	(137.224)	(173.741)
Partes relacionadas	-	(60.391)	-	(60.391)
Exposição líquida	(138.582)	15.795	(137.732)	11.161

Análise de sensibilidade

Com o objetivo de prover informações de como se comportariam os riscos de mercado a que a Companhia está exposta em 31 de Dezembro de 2019, a seguir estão apresentadas possíveis alterações, de 25% e 50%, nas variáveis relevantes de risco, em relação às do cenário provável:

Controladora	Risco	Cenário	Cenário (II)	Cenário (III)
		provável (I)	Apreciação de 25%	Apreciação de 50%
Operacional	Aumento	-	(1.524)	(3.049)
Premissa	Taxa	4,40%	5,50%	6,60%

Consolidado	Risco	Cenário	Cenário (II)	Cenário (III)
		provável (I)	Apreciação de 25%	Apreciação de 50%
Operacional	Aumento	-	(1.515)	(3.030)
Premissa	Taxa	4,40%	5,50%	6,60%

c) Riscos de taxas de câmbio

O risco de variação cambial refere-se ao potencial de perdas econômicas que a Companhia pode incorrer devido a variações adversas neste fator de risco, ocasionadas por motivos diversos, como crises econômicas, alterações de políticas monetárias soberanas ou oscilações de mercado. A Companhia possui ativos e passivos expostos a este risco, porém a Política de Gestão de Riscos é clara ao não entender que a simples existência de exposições contrárias promova naturalmente proteção econômica, pois devem ser apreciadas outras questões pertinentes, como descasamentos de prazo e a volatilidade do mercado.

O risco é decorrente de variação cambial sobre empréstimos, contas a receber e a pagar em moedas estrangeiras decorrentes de exportações e importações, e outras obrigações eventuais, denominadas em moeda estrangeira em relação à moeda funcional da Companhia.

A seguir são apresentados os ativos e passivos, da Companhia, expostos a riscos de variação cambial em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, bem como os efeitos dessas contas no resultado do exercício:

Notas explicativas as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018.
(Em milhares de reais)

Controladora	31.12.2019	31.12.2018	Efeitos no
			resultado
			31.12.2019
Ativo			
Contas a receber - US\$	1.584	1.047	270
Subtotal	1.584	1.047	270
Passivo			
Empréstimos - US\$	(198.385)	(323.445)	23.955
Fornecedores - US\$	(52)	-	-
Subtotal	(198.437)	(323.445)	23.955
Total da exposição	(196.853)	(322.398)	24.225
Derivativos			
Contratos de SWAP	200.081	280.891	-
SWAP - Ativo	234	42.554	-
SWAP - Passivo	(1.930)	-	(23.955)
Total de derivativos	198.385	323.445	(23.955)
Exposição líquida	1.532	1.047	270
Consolidado	31.12.2019	31.12.2018	Efeitos no
			resultado
			31.12.2019
Ativo			
Contas a receber - US\$	1.839	1.105	409
Subtotal	1.839	1.105	409
Passivo			
Empréstimos - US\$	(214.808)	(330.510)	25.823
Fornecedores - US\$	(4.189)	(7.344)	959
Subtotal	(218.997)	(337.854)	26.782
Total da exposição	(217.158)	(336.749)	27.191
Derivativos			
Contratos de SWAP	226.560	289.424	-
SWAP - Ativo	1.660	42.648	1.660
SWAP - Passivo	(2.137)	(119)	(27.483)
Total de derivativos	226.083	331.953	(25.823)
Exposição líquida	8.925	(4.796)	1.368

Análise de sensibilidade

Com o objetivo de prover informações de como se comportariam os riscos de mercado a que a Companhia está exposta em 31 de Dezembro de 2019, a seguir estão apresentadas possíveis alterações, de 25% e 50%, nas variáveis relevantes de risco, em relação às do cenário provável. A Administração julga que as cotações de fechamento utilizadas na mensuração de seus ativos e passivos financeiros, na data base destas demonstrações financeiras, representam um cenário provável e os efeitos já estão reconhecidos no resultado. Seguem os resultados líquidos entre o resultado das exposições e os respectivos derivativos:

Controladora	Risco	Cenário	Cenário (II)	Cenário (III)
		provável (I)	Apreciação de 25%	Apreciação de 50%
Operacional	Aumento PTAX	-	383	766
Premissa	Câmbio	4,031	5,038	6,046

Notas explicativas as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018.
(Em milhares de reais)

Consolidado	Risco	Cenário	Cenário (II)	Cenário (III)
		provável (I)	Apreciação de 25%	Apreciação de 50%
Operacional	Aumento PTAX	-	2.335	4.670
Premissa	Câmbio	4,031	5,038	6,046

Instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Ativos				
Valor justo por meio do resultado				
Instrumentos financeiros derivativos - CP	-	42.554	1.426	42.648
Instrumentos financeiros derivativos - LP	234	-	234	-
Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	191.120	245.615	192.245	247.811
Contas a receber de clientes	346.614	351.993	368.525	376.773
Partes relacionadas	9.691	5.497	-	338
Ativos mensurados pelo custo amortizado	547.425	603.105	560.770	624.922
Total de ativos financeiros	547.659	645.659	562.430	667.570
Passivos				
Valor justo por meio do resultado				
Instrumentos financeiros derivativos	(1.930)	-	(2.137)	(119)
Custo amortizado				
Fornecedores	(113.757)	(173.223)	(319.023)	(281.542)
Fornecedores risco sacado	(18.530)	(16.774)	(179.081)	(117.406)
Empréstimos e financiamentos	(205.881)	(358.781)	(283.818)	(581.037)
Partes relacionadas	(625)	(19)	(128)	(37)
Passivos mensurados pelo custo amortizado	(338.793)	(548.797)	(782.050)	(980.022)
Total de passivos financeiros	(340.723)	(548.797)	(784.187)	(980.141)

Derivativos

Instrumento protegido	Nocional (USD)	Nocional (EUR)	Nocional (R\$)	Custo financeiro	Vencimento	Designação
Empréstimos e financiamentos	724.786	-	2.878.996	N/A	03.01.2020	Hedge de variação cambial (NDF)
Empréstimos e financiamentos	724.376	-	2.931.912	N/A	07.02.2020	Hedge de variação cambial (NDF)
Empréstimos e financiamentos	289.763	-	1.219.816	N/A	14.02.2020	Hedge de variação cambial (NDF)
Empréstimos e financiamentos	434.711	-	1.825.744	N/A	13.03.2020	Hedge de variação cambial (NDF)
Empréstimos e financiamentos	284.833	-	1.196.300	N/A	17.03.2020	Hedge de variação cambial (NDF)
Empréstimos e financiamentos	93.576	-	392.925	N/A	18.03.2020	Hedge de variação cambial (NDF)
Empréstimos e financiamentos	304.827	-	1.264.970	N/A	09.04.2020	Hedge de variação cambial (NDF)
Empréstimos e financiamentos	146.009	-	608.929	N/A	30.04.2020	Hedge de variação cambial (NDF)
Empréstimos e financiamentos	722.022	-	2.949.242	N/A	12.06.2020	Hedge de variação cambial (NDF)
Empréstimos e financiamentos	380.735	-	1.546.544	N/A	17.06.2020	Hedge de variação cambial (NDF)
Empréstimos e financiamentos	-	44.247.788	200.000.000	Ativa: 0,6106% a.a. / Passiva: CDI + 0,78% a.a.	25.06.2021	Swap de VC e taxa de juros para CDI/Reais
Empréstimos e financiamentos	-	-	60.000.000	Ativa: 7,24% a.a. / Passiva: CDI + 0,75% a.a.	19.06.2023	Swap de taxa Pré para CDI+

d) Riscos de crédito

A Companhia está potencialmente sujeita a riscos de créditos relacionados com as contas a receber, aplicações financeiras e contratos de proteção. No caso de contas a receber, as estratégias de redução do risco de crédito baseiam-se na pulverização da carteira, não possuindo clientes ou grupo empresarial que representem mais de 10% do faturamento consolidado, concessão de crédito relacionada com índices financeiros e operacionais saudáveis, limites de créditos, análise detalhada da idoneidade financeira dos clientes através do CNPJ próprio, empresas coligadas e CPF dos sócios, e através de consultas à órgãos de informações e monitoramento constante de clientes.

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito por cliente e por mercado, através de sua área de análise de crédito e gestão da carteira de clientes. Desta forma, busca-se reduzir a exposição econômica a um dado cliente e/ou mercado que possa vir a representar perdas expressivas em caso de inadimplência ou implementação de barreiras sanitárias e/ou comerciais em países para os quais exporta. O risco por mercado de exposição é monitorado pelo Comitê de Crédito que se reúne periodicamente com as áreas comerciais para análise e controle da carteira.

Os parâmetros utilizados são baseados nos fluxos diários de informações de monitoramento de operações que identificam acréscimo de volumes de compras no mercado, eventuais inadimplências, cheques sem fundos, e protestos ou ações movidas contra os clientes. Os controles internos englobam a atribuição de limites de crédito e configuração de status conferidos individualmente a cada cliente e trava automática de faturamento em caso de inadimplência, limite excedido ou ocorrência de informação restritiva.

A Diretoria de Administração e Controle acompanha as operações que têm como contrapartida instituições financeiras (aplicações e contratos de proteção), monitorando limites de exposição definidos pelo Comitê de Gestão de Riscos baseados em classificações de risco (ratings) de agências internacionais especializadas.

A Companhia possuía em 31 de dezembro de 2019 aplicações financeiras com saldos superiores a R\$ 10.000 com as seguintes instituições financeiras: Banco Original S.A., Caixa Econômica Federal, Banco Safra, Banco Santander, Bank of China e Banco do Brasil. O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das Demonstrações Financeiras foi:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	191.120	245.615	192.245	247.811
Contas a receber de clientes	346.614	351.993	368.525	376.773
Instrumentos financeiros derivativos	234	42.554	1.660	42.648
Partes relacionadas	9.691	5.497	-	338
	547.659	645.659	562.430	667.570

e) Risco de liquidez

O risco de liquidez decorre da gestão de capital de giro e da amortização dos encargos financeiros e principal dos instrumentos de dívida. É o risco que a Companhia encontrará dificuldade em cumprir as suas obrigações financeiras vincendas.

A Companhia administra seu capital tendo como base parâmetros de otimização da estrutura de capital com foco nas métricas de liquidez e alavancagem que possibilitem a um retorno aos sócios, no médio prazo, condizente com os riscos assumidos na operação.

A administração da liquidez da Companhia e de sua controlada é feita levando em consideração principalmente o indicador de liquidez imediata modificado, representado pelo nível de disponibilidades e investimentos divididos pela dívida de curto prazo.

Com base na análise desses indicadores, define a gestão de capital de giro de forma a manter a alavancagem natural da Companhia e de sua controlada em níveis iguais ou inferiores ao índice de alavancagem esperados.

Os índices de liquidez (consolidado) estão demonstrados abaixo:

Vigor Alimentos S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018.
(Em milhares de reais)

	Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018
Caixa e equivalentes de caixa	192.245	247.811
Empréstimos e Financiamentos	(20.202)	(373.697)
Debêntures	(2.383)	-
Derivativos ativos	1.426	42.648
Derivativos passivos	(2.137)	(119)
Total de instrumentos de dívida no curto prazo	(23.296)	(331.168)
Indicador de liquidez modificado	8,25	0,75

f) Valores justos estimados

Os ativos e passivos financeiros estão representados nas Demonstrações Financeiras pelos valores de custo e respectivas apropriações de receitas e despesas e estão contabilizados de acordo com a sua expectativa de realização ou liquidação.

g) Instrumentos financeiros

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme quadros abaixo:

Durante o exercício não houve nenhuma reclassificação entre as categorias, valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e passivos pelo custo amortizado, apresentadas no quadro acima.

h) Valor justo de instrumentos financeiros

De acordo com o IFRS 7/ CPC 40, a Companhia classifica a mensuração do valor justo de acordo com os níveis hierárquicos que refletem a significância dos índices utilizados nesta mensuração, conforme os seguintes níveis:

Nível 1: Preços cotados em mercados ativos (não ajustados) para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, em que os preços cotados são para ativos e passivos similares, seja diretamente por obtenção de preços em mercados ativos ou indiretamente, como técnicas de avaliação que utilizam dados dos mercados ativos.

Nível 3 - Os índices utilizados para cálculo não derivam de um mercado ativo.

Em 31 de Dezembro de 2019, a Companhia possuía instrumentos financeiros avaliados conforme o nível 2. A seguir quadro apresentando os montantes:

Hierarquia de valor justo - Nível 2	Ativos				Passivos	
	Aplicações financeiras		Derivativos a receber		Derivativos a pagar	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Controladora	190.115	244.781	234	-	(1.930)	-
Consolidado	190.965	245.293	1.660	-	(2.137)	(119)

Valor justo versus valor contábil

Na opinião da Administração os ativos e passivos financeiros não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores justos.

30 Informações suplementares a demonstração dos fluxos de caixa

Transações não caixa

Notas explicativas as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018.
(Em milhares de reais)

A seguir estão apresentadas as transações não caixa das atividades de investimento e financiamento da Companhia:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Atividades de investimentos				
Adições de imobilizado (i)	716	1.881	(6.388)	8.214
Adições de intangível (i)	(2.643)	1.151	(2.720)	1.152
Total não caixa das atividades de investimento	(1.927)	3.032	(9.108)	9.366
Atividades de financiamento				
Captações de empréstimos financiamentos (ii)	-	-	42.979	20.198
Total não caixa das atividades de financiamento	-	-	42.979	20.198

- (i) Adições ao imobilizado e intangível da Companhia que não houve utilização de recursos monetários ou que a utilização dos recursos ocorrerá em datas posteriores ao fechamento destas demonstrações financeiras;
- (ii) Captação de empréstimos para liquidação de fornecedores de matérias primas ou insumos realizado. A liquidação foi realizada diretamente pelas instituições financeiras, não havendo impacto nos fluxos de caixa da Companhia. Dessa forma houve a negociação de novos prazos e condições com as instituições financeiras envolvidas (FINIMP).

31 Eventos subsequentes

Pandemia Covid-19

Diante do avanço da pandemia de Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, sabendo da grande importância que as empresas do ramo de alimentos terão durante o período de epidemia e isolamento, a Companhia, com o objetivo de manter o abastecimento dos canais de distribuição ao consumidor, mantém todas as suas operações em plena atividade.

Para que isso se tornasse possível, a Companhia adotou diversas medidas que reforçam o compromisso com a saúde dos seus colaboradores e a segurança das suas operações. Neste contexto, através da criação de um comitê de contingência multidisciplinar, novos procedimentos foram integrados à rotina da Companhia, tais como: a intensificação da higienização dos locais de trabalho; aumento do número de pontos de álcool em gel distribuídos pelos escritórios, fábricas e centros de distribuição, além de disponibilizar aos promotores e vendedores em campo; mudanças de layout do refeitório nas fábricas e adequação nos horários das refeições para evitar aglomerações no ambiente; suspensão de visitas externas, reuniões presenciais e eventos; foram otimizados os roteiros para atendimento aos clientes, e reforço no atendimento online; o trabalho remoto tem sido altamente estimulado; antecipação da vacina contra a gripe para 100% dos colaboradores; além da divulgação constante nos canais de comunicação interna quanto as principais orientações para prevenção do contágio pelo coronavírus.

Sabemos que os impactos na saúde da população mundial e o possível avanço da crise poderão contribuir com o aumento do risco de uma recessão econômica que consequentemente teriam reflexos no Brasil, porém o faturamento da Companhia até a data de emissão deste relatório, apresenta estabilidade desde o início das medidas que foram adotadas no país para combate ao novo coronavírus.

Desta forma, a administração tem acompanhado diariamente todos os KPI's e vem tomando medidas para que este momento de incertezas não afete o planejamento estratégico e financeiro para o futuro. Neste momento, espera-se que as demonstrações financeiras não sofram impactos significativos.

Notas explicativas as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018.
(Em milhares de reais)

DIRETORIA EXECUTIVA

Luis Henrique Gennari
Diretor Presidente

You Ta Ma
Diretor Financeiro Administrativo e de Relação com Investidores

Angelo Rodrigues Costa
Contador - CRC: MG-069865/O-2
